

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Carolline Teixeira Simões

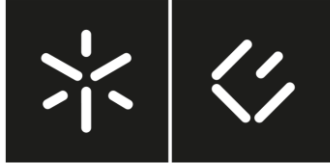
A Causa Ambiental na Extrema-Direita: do Negacionismo ao Ecofascismo
Análise da Politização do Meio Ambiente pela Extrema-Direita do Brasil e da Hungria

A Causa Ambiental na Extrema-Direita: Do Negacionismo ao Ecofascismo
Análise da Politização do Meio Ambiente pela Extrema-Direita do Brasil e da Hungria

Carolline Teixeira Simões

UMinho | 2022

Outubro 2022



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Carolline Teixeira Simões

**A Causa Ambiental na Extrema-
Direita: Do Negacionismo ao
Ecofascismo
Análise da Politização do
Meio Ambiente pela Extrema-
Direita do Brasil e da Hungria**

Dissertação de Mestrado

Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais

Outubro de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho não seria possível sem a colaboração de pessoas essenciais na minha formação como ser humano ao longo de toda a minha vida. O meu olhar crítico face aos problemas sociais e minha indignação com a desigualdade de gênero e de raças, a homofobia e a xenofobia, o descaso com o meio ambiente, e a forma em geral como aqueles que compõem as minorias são marginalizados por um sistema moldado para favorecer elites privilegiadas é fruto da minha criação familiar e das relações de aprendizado que estabeleci desde muito jovem. Este olhar crítico é o que posso afirmar ser o responsável pela minha escolha pelo Mestrado em Ciência Política e, por conseguinte, precursor desta dissertação. Manifesto, assim, o meu agradecimento às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta pesquisa saísse do plano das ideias e se concretizasse na apresentação do presente trabalho.

Primeiramente, agradeço à Professora Dra. Isabel Estrada Carvalhais, minha orientadora, que me acompanhou ao longo deste processo e que sempre se mostrou disponível para esclarecer dúvidas, dar opiniões e, principalmente, apoiar a minha tese e o alcance desejado através desta. Sou grata, também, a todos os professores responsáveis pela minha formação educacional, desde o ensino escolar, quando aprendia meu lugar no mundo, passando pela faculdade de Direito, onde meu senso de justiça foi intensificado graças aos ensinamentos de grandes mestres, e chegando até os últimos anos, no mestrado, pelos conhecimentos que me transmitiram ao longo deste percurso académico, culminando na elaboração desta tese.

Agradeço aos meus amigos, que sempre se mostraram interessados e compreensivos com a minha ausência devido à pesquisa, além de me oferecerem apoio e conforto. À minha família, em especial, pai, mãe e irmãs, que sempre estiveram do meu lado, apesar da nossa separação geográfica.

Com todo meu amor e gratidão, dedico esta dissertação, por fim, à memória dos meus avôs Carlos e Orlando.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A Causa Ambiental Na Extrema-Direita: Do Negacionismo Ao Ecofascismo

Análise Da Politização Do Meio Ambiente Pela Extrema-Direita Do Brasil e Da Hungria

Resumo: A problemática trazida por esta pesquisa gira em torno de dois governos distintos - porém semelhantes - em diversos aspectos, situados em diferentes continentes, com o intuito de ilustrar as duas possibilidades de abordagens da extrema-direita no contexto das políticas ambientais, demonstrando como o fascismo se manifesta por vias nem sempre tão óbvias relativamente ao seu esteio ideológico, no que tange em concreto ao tratamento das questões ambientais. Através de uma análise comparativa entre os líderes atuais de Brasil e Hungria, Jair Bolsonaro e Viktor Orbán, o presente trabalho buscará evidenciar como em ambos os países a crise democrática que estão vivendo se reflete também na forma como as questões ambientais são entendidas por ambos os governos.

Palavras-chave: Brasil; ecofascismo; extrema-direita; Hungria; ambiente.

Environmental Cause in The Far-Right: From Negationism to Ecofascism

Analysis of The Politicization of The Environment By The Far-Right in

Brazil and Hungary

Abstract: The problematic of this research revolves around two distinct governments that are also similar in many aspects, situated in different continents, aiming at illustrating the two approaches taken by the far-right in the context of environmental politics, demonstrating how fascism manifests through means not always so obvious in relation to its ideological mainstay, with regard specifically to the treatment of environmental issues. Through a comparative analysis between the current political leaders of Brazil and Hungary, Jair Bolsonaro and Viktor Orbán, the present dissertation focuses on evidencing that both countries are going through a democratic crisis and that, in both contexts, environment has suffered serious consequences.

Key words: Brazil; environment; far-right; fascism; Hungary.

Índice

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – O Fascismo e o meio ambiente	8
2.1 Nacionalismo como arma política do regime fascista.....	8
2.2 Ecofascismo: nexó entre nacionalismo e a abordagem ambiental do regime fascista.....	14
2.3 Neofascismo: da resistência no pós-Guerra ao tempo Presente.....	16
2.3.1 Resistência fascista após a derrota.....	16
Capítulo 3 - O fascismo em terreno democrático	21
3.1 A política do “nós” vs. “eles”.....	22
3.2 Populismo de direita e os laivos do fascismo sobrevivente.....	26
3.3 O populismo na estratégia política da extrema-direita.....	30
Capítulo 4 - A natureza pelas lentes da extrema-direita	35
4.1 O negacionismo ambiental nos governos de extrema-direita: natureza vs. neoliberalismo.....	37
4.2 A defesa do meio ambiente como estratégia política: uma apropriação do discurso progressista.....	38
Capítulo 5 – O neofascismo e a agenda ambiental no Brasil e na Hungria	42
5.1 O caso do Brasil: o populismo de Bolsonaro.....	44
5.1.1 Bolsonaro e a agenda ambiental.....	53
5.2 O caso da Hungria: o populismo de Orbán.....	59
5.2.1 Orbán e a causa ambiental.....	63
Capítulo 6 – Conclusão	67
Bibliografia	72

CAPÍTULO 1 – Introdução

1. Objeto, pertinência e justificativa da pergunta de partida

Nos últimos anos, diversos países do mundo têm vindo a ser surpreendidos¹ pelo reavivar da ideologia de extrema-direita e com ela da sua vocação nacionalista, dentre eles, a Rússia, a Índia, a Turquia, os Estados Unidos, o Brasil, mas também diversos estados europeus como a Hungria, a Polónia, e mais recentemente a Suécia e a Itália². Tradicionalmente, o nacionalismo exacerbado (ou ultranacionalismo, como aqui preferimos designar) tem sido utilizado como estratégia política fascista para levar ao poder um líder autoritário que fale em nome da nação. Hoje, porém, a política fascista faz-se presente sem que tal resulte necessariamente em um Estado explicitamente fascista³. Dito de outro modo, se na década de 20 ou de 30 do século passado, o desconhecimento do ideário fascista por um lado (bem como a ausência de histórico uma vez que ainda não havia experiência da sua aplicação) e as lentes sociais e valorativas por outro, podem hoje ajudar a perceber o sucesso do fascismo na sua forma mais explícita, hoje, mais um século volvido, ante o conhecimento histórico dos horrores do fascismo e a própria maturação axiomática das nossas sociedades (em matéria por exemplo de sensibilidade às questões das minorias, dos direitos humanos, etc.), seria muito mais complicado o fascismo impor-se com a mesma ‘candura’ retórica de outros tempos. Quer isto dizer que o fascismo encontra hoje formas muito menos explícitas, que permitem a sua ‘circulação’ na sociedade e no discurso político, mas sendo igualmente disruptivas. De fato, ele não é hoje menos perigoso do que no passado. Pensemos, por

¹ A utilização do termo ‘surpreendidos’ poderia, é claro, ser alvo de ampla discussão, já que não existem verdadeiramente surpresas históricas, mas caminhos de ações e inações, que vão sendo trilhados em função de uma complexa conjugação de fatores sociológicos, económicos e políticos. O que pretendemos dizer aqui, no entanto, é que, para muitos, o fascismo parecia (ou ainda parece, como veremos adiante) ter ficado no passado.

² Já para não falar do fortalecimento dos partidos de extrema-direita também em soluções governativas regionais como no caso de Espanha, e do seu crescimento eleitoral um pouco por toda a Europa mesmo quando não chegam a ser parte da governação.

³ Fazemos notar que introduzimos já três conceitos que estarão presentes no decurso desta dissertação e que a seu tempo merecerão a devida apresentação: extrema-direita, Fascismo e Nacionalismo, ou até mais afinadamente, ultranacionalismo.

exemplo, na desumanização de certos segmentos da população (comunidades indígenas, LGBTQIA+, migrantes, negros, ciganos) e como ela está presente no centro da estratégia de ação de governos, seja na Polónia, na Hungria, seja no Brasil (Stanley 2018: 8).⁴

Juan Linz explica que o fato de um regime autoritário não ter atingido um estágio totalitário pode dever-se à ineficácia administrativa, ao subdesenvolvimento económico ou a influências e pressões externas (Linz 2015: 15). Ou seja, não necessariamente por falta de intenção e tentativa. Mas, também poderá ser, acrescentamos nós, por falta de contexto social e cultural que permita essa manifestação tão explícita, uma vez que a própria história criou resistências para que o fascismo possa surgir de modo absolutamente evidente. Mas, mais uma vez, não será por falta de intenção e tentativa.

Embora possa parecer exagerado, importa recordar que as táticas políticas utilizadas pelos governos de extrema-direita, como os dois que aqui serão alvo de análise, no extremo já culminaram, no passado, em ditaduras genocidas e campanhas de limpeza étnica buscando naturalizar a diferença de grupo e apoiando a criação de uma hierarquia de valor humano (Stanley 2018: 8-10). Portanto, importa também enfatizar que pese embora as diferenças no modo como hoje se apresenta, o fascismo como esteio ideológico da extrema-direita política não pode ser banalizado nem menosprezado.

No seu trabalho, Stanley (2018: 8) enfatiza ainda que a generalização do fenómeno do fascismo é sempre delicada, pois o contexto de cada país é único. No entanto, assim como o autor, concordamos que essa generalização se faz necessária neste momento e, portanto, escolhemos o conceito de “fascismo” para tratar das diversas expressões de extrema-

⁴ Na Polónia, por exemplo, temos observado a criação de “zonas livres LGBTs”, retrocessos legislativos que, por exemplo, impossibilitam a adoção por parte de casais homossexuais, proíbem que temáticas LGBT sejam abordadas em escolas, além de uma repressão política desenfreada que tem culminado na violência contra pessoas LGBTQIA+, imigrantes e ciganos, e potencializando uma crescente onda migratória desta parcela da população que vê como única alternativa a fuga de um destino fatal que é realidade sob o governo de extrema-direita de Mateusz Morawiecki.

direita política, com foco em particular na sua leitura ultranacionalista, sem esquecer as suas dimensões étnica, religiosa, e cultural, nas quais as virtudes plenas da nação são personificadas na pessoa de um líder (embora tido como carismático por aqueles que o legitimam, leia-se autoritário) que fala em nome dessa identidade coletiva. Como Donald Trump declarou no seu discurso na Convenção Nacional Republicana em julho de 2016, “eu sou a sua voz”.

Neste contexto, verifica-se que entre os muitos temas da agenda fascista, estão também as questões ambientais, fato que, como também tentamos mostrar nessa dissertação, não é fenômeno recente. O movimento separatista branco, por exemplo, é geralmente defensor da criação de um estado branco, puro ou purificado, isto é, capaz de emergir do esforço branco pela segregação de raças, e admitindo como metodologia a própria limpeza étnica, a qual justifica ideias e argumentos genocidas sobre população não-branca, sobre imigrantes, entre outras categorias vistas como impuras (homossexuais, pessoas com deficiências, etc.), além de, repare-se, ideias sobre a integridade da Natureza albergada no território na Nação. Neste sentido, o tema do meio ambiente não pode ser visto apenas como integrando a estratégia desses movimentos brancos, ultranacionalistas, na busca por novos apoios no contexto de sociedades como as nossas, cada vez mais sensíveis à questão ambiental (Mix 2009: 140-141). Ele é, também, um tema já bem presente desde os primórdios dos discursos ultranacionalistas do fascismo. O esplendor do território natural da Nação, a beleza dos rios e das montanhas, das terras trabalhadas pelas mãos fraternas dos que pertencem à Nação, tudo isso ganha uma dimensão entre o quase sagrado e o frágil, na medida em que pode ser delapidado pela presença do Outro, do estrangeiro, do invasor, do impuro e tem por isso de ser defendido a todo o custo.

Pese embora esta nossa breve reflexão, reconhecemos, porém, que no geral tem havido uma falta de posicionamento claro do movimento

branco, do ultranacionalismo, e de outras manifestações no amplo espectro da extrema-direita sobre a questão do meio ambiente, o que acaba também permitindo a manipulação dos temas ambientais consoante os interesses dessas pautas extremistas. E é nesse sentido que quando direcionado a setores da ultradireita, o posicionamento tanto pode ir no sentido do negacionismo sobre as alterações climáticas, rechaçando políticas e regulamentações que visem barrar o avanço das corporações sobre áreas de preservação ambiental, como pode ir no sentido de colocar em destaque os direitos da natureza e as questões da proteção ambiental como justificativa para preservar identidades e fronteiras. Neste contexto, observa-se, inclusive, a justificativa de se defender a necessidade de controlo de natalidade dos povos do Sul, vistos, com as suas 'ondas' de imigrantes, como delapidadores da natureza do Norte civilizado. Neste último, consiste o discurso de conservação ambiental também na extrema-direita (Mix 2009: 138).

Em face do exposto, esta dissertação tem como objetivo compreender **como os governos de extrema-direita atuam na (não)proteção dos recursos naturais e na (não)promoção de políticas ambientais.**

Para tanto, partiremos mais adiante da constatação já expressa na literatura de que existem quer casos de negacionismo climático, quer casos de apropriação de partes da agenda ecológica no contexto da ação de governos de extrema-direita. Através de uma análise individual, mas que busca em certa medida comparar os casos do Brasil e da Hungria sob os governos de Jair Bolsonaro e Viktor Orbán respetivamente, procuraremos então verificar como a agenda ecológica é ou não promovida na ação governativa.

A escolha dos dois governos é justificada pela semelhança com que tanto Bolsonaro como Orbán transitam entre o espectro do negacionismo ambiental e a apropriação de um discurso progressista de combate às alterações climáticas, quando esta se mostra conveniente para garantir-lhes espaço em fóruns internacionais e justificar uma política anti-imigratória

vendida aos seus apoiantes como benéfica para a proteção da pátria, a terra-mãe dos nacionalistas.

O fato de Bolsonaro e Orbán governarem no mesmo lapso temporal analisado por este trabalho (2019-2022, com ligeira flexibilização para possibilitar a contextualização através de fatos passados)⁵ e partilharem o mesmo histórico, estando sujeitos, de modo geral, às mesmas preocupações que esperamos de líderes de países democráticos, como é o caso das alterações climáticas, também foi decisiva na escolha dos governos como estudos de caso desta dissertação.

Assim, e em termos de estruturação do presente trabalho, começaremos por identificar o posicionamento do fascismo na história, buscando entender o contexto que deu lugar à onda de regimes totalitários que nasceu na Europa e que conseguiu cruzar o Atlântico em meados do século XX. Coloca-se, entretanto, o nacionalismo como principal pilar do fascismo na sua ação e traz ao debate a fragilidade traumática que levou a população europeia, especialmente na Alemanha, a ‘comprar’ o discurso xenófobo e racista de seus líderes.

Demonstra-se, em seguida, o relevante papel das políticas ambientais e do “mito da natureza” na sustentação do ideal nacionalista fascista e que ainda hoje é herdado pelos partidos de extrema-direita (herdeiros do ideário fascista e nacionalista).

A preocupação climática e a lei natural no nacional-socialismo de Hitler, por exemplo, fomentadas pelo próprio líder (o qual assume a dimensão de um quase deus, um pai, um protetor incontestado, indo muito além do que razoavelmente poderia ser definido como simples questão de carisma), passaram a representar a grande justificativa no imaginário popular alemão para apoiar medidas racistas e xenófobas que visavam a preservação da pureza da raça mas também do território, através do retorno a uma

⁵ Bolsonaro tomou posse em 1 de janeiro de 2019 e Orbán, em 29 de maio de 2010. No momento da entrega desta dissertação, em outubro de 2022, ambos os governantes continuam no poder.

paisagem do passado, bela e imaculada, como cantada pelo Romantismo cultural alemão, e na qual o inimigo estrangeiro não tinha lugar.

Entretanto, mesmo com a derrota do fascismo no fim da Segunda Guerra Mundial, não só ele nunca foi verdadeiramente extinto, como foi sendo possível verificar a sua progressiva incorporação, mais ou menos ‘atualizada’, nos múltiplos movimentos e partidos de extrema-direita que foram emergindo e que, no espectro dos movimentos e dos partidos político, são o espaço que congrega os ideais do nacionalismo, do ecologismo nacionalista se assim podemos chamar, do racismo, da segregação social e étnica, e do fascismo como esteio ideológico agregador de todos eles.

O populismo de direita, assim como o neofascismo, perpetua hoje os ideais fascistas de outrora, através da retórica do “Nós” vs. “Os Outros”, o “Povo vs. as Elites”, que tem mostrado não ser mais do que uma adaptação do nacionalismo fascista ao contexto democrático atual.

Por conseguinte, quando se parte para a análise dos governos de extrema-direita do século XXI, mais especificamente os dois mandatos que são o foco deste trabalho, de Jair Bolsonaro e de Viktor Orbán, observa-se que ambos assumem como escoras da sua práxis política, quer o populismo divisionista, quer a retórica nacionalista e anti-imigratória, quer ainda manifestações do ecofascismo do século XX (ainda que de permeio também encontremos o negacionismo climático).

Estes líderes apropriam-se estrategicamente do discurso ambiental tipicamente progressista quando percebem que a causa climática não só traz consigo grande potencial eleitoral, como já provou ser passaporte essencial para os líderes que pretendem transitar em corredores diplomáticos e estabelecer relações comerciais internacionais. Mas, em paralelo, e como já antecipado por nós, o negacionismo sobre as alterações climáticas não deixa de estar também presente, sendo aliás marca do perfil da própria extrema-direita de modo geral. Tal parece acontecer porque a base neoliberal dos governos direitistas coloca sempre o desenvolvimento económico

capitalista em confronto com a preservação ambiental. Assim, tanto Bolsonaro como Orbán, no início de seus mandatos, não só fomentavam discursos contrários ao meio ambiente e às alterações climáticas, como de fato implementaram medidas que aumentavam os impactos sobre a natureza e aliviavam punições relativas a práticas de crimes ambientais.

Neste viés, a pergunta central de investigação que guiará este trabalho é: **“Como os governos de extrema-direita de Jair Bolsonaro e Viktor Orbán abordam a agenda ambiental na sua ação governativa?”** Seguindo-se de uma sub-pergunta: “É possível verificar diferentes apropriações de pautas ambientais por estes dois governos?”

O intuito desta pesquisa é justamente analisar estas duas formas de abordagem ambiental da extrema-direita e as razões que fazem seus representantes transitarem de um ponto a outro de uma forma tão brusca. Bolsonaro e Orbán ilustrarão, na prática, como o negacionismo e o ecofascismo, apesar de (aparentemente) opostos, são na verdade para a extrema-direita meios para um mesmo fim.

Por este motivo, estabelecer as origens e a essência do discurso fascista presente na extrema-direita torna-se essencial para entender suas formas de atuação na cena política e na sociedade, de modo que mesmo quando abordagens opostas e controversas sejam apresentadas, seja possível identificar o tipo de ameaça eminente para, conseqüentemente, estabelecer as estratégias necessárias para combatê-la.

Como julgamos que ficará demonstrado pela presente dissertação, o fascismo é um perigo ainda vivo no presente e está a manifestar-se nos governos de extrema-direita de vários líderes atuais.

CAPÍTULO 2 - O Fascismo e o meio ambiente

Primeiramente, é necessário estabelecer que o fascismo, o nacionalismo e o meio ambiente estão diretamente relacionados, como ficará demonstrado neste capítulo. Talvez, a principal conexão a ser feita pelo leitor desta dissertação com vistas a se preparar para o desenvolvimento da resposta à pergunta de investigação e estudo de caso é entender que a causa ambiental foi – e ainda é – arma essencial nacionalista para difundir os ideais fascistas.

Neste capítulo, passaremos pelas raízes históricas do fascismo, a ideia de nacionalismo, o conceito de ecofascismo, utilizado principalmente pela Alemanha nazi, e como a estratégia ambiental foi crucial para a ascensão do regime de Hitler. Será interessante perceber, ademais, a essência deste movimento verde que, muito embora tenha roupagem de pauta progressista protetora da natureza, na realidade apenas serviu como arma de segregação étnica e extermínio em massa de minorias às mãos do nazismo alemão.

Por fim, o contexto histórico passa pelo pós-Segunda Guerra e finalizamos esta seção com uma ligação ao próximo capítulo, que tratará da perpetuação dos ideais fascistas através da ação dos governos de extrema-direita atuais e de como a causa ambiental e a preocupação com as alterações climáticas têm-se estabelecido como plataforma política populista, levando-nos a concluir que o fascismo não só ainda está presente entre nós, como se utiliza das mesmas estratégias de outrora.

2.1 Nacionalismo como arma política do regime fascista

É preciso voltar à Itália de 1919⁶ para entender o contexto no qual o nacionalismo mostrou seus primeiros sinais como ferramenta de governo. Como uma formação moderna, ultranacionalista, contrarrevolucionária, antiliberal e antimarxista, o fascismo surge na Itália como uma ideologia global sob a liderança de Benito Mussolini, fruto de uma crise econômica do capitalismo (consequentemente, de uma crise social), além de ao mesmo tempo, uma relevante carência de representação democrática na sociedade (Finchelstein 2017: 40).

Roger Griffin define o fascismo como “um gênero de ideologia política cujo núcleo mítico nas suas várias permutações é uma forma palinética de ultranacionalismo populista” (Payne 1995: 5). Na verdade, é possível argumentar que o fascismo já estava em formação muito antes da Itália de 1919, em particular quando olhamos para o nacionalismo radical que tanto o caracteriza. Este tem suas raízes nos intelectuais alemães do século XIX, em especial os que permeavam pelas classes profissionais menos reconhecidas (como as dos professores) e que se sentiam sob o jugo do esplendor intelectual francês, dominado pelos ideais das Luzes (Carvalhais 2004; Grenfeild 1992). Em certa medida, é nesse movimento do Romantismo que se encontra a reação intelectual ao Iluminismo, sendo que o movimento era simultaneamente europeu e “não europeu” (Finchelstein 2017: 36).

Na mesma linha, podemos ainda acrescentar que há certamente uma ligação entre o ideário fascista e o ideário integralista que começa a desenvolver-se na Península Ibérica no início do século XX, tendo ambos na base um forte conservadorismo moral e nacionalismo exacerbado, a par do culto do líder, entre outras características. Poderíamos ainda adentrar mais a nossa análise, recordando o que foram os contributos eugénicos entre intelectuais dos finais do século XIX, e que também acabariam por ser úteis

⁶ Há poucas semanas da entrega desta dissertação, o partido de extrema-direita Irmãos da Itália, liderado por Giorgia Meloni, ganhou as eleições legislativas no país. Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra, um partido assumidamente neofascista irá governar a Itália. A aliança de extrema-direita dirigida pelo partido de Meloni teve, no total, mais de 43% dos votos, além da maioria na Câmara dos Deputados e no Senado. A ascensão fascista ao poder italiano em menos de 80 anos após a destruição e o terror sem precedentes do início à metade do século XX ilustram o que falaremos adiante nesta dissertação: a extrema-direita não está a “trazer de volta” o fascismo, pois a verdade é que ele nunca deixou de estar presente.

aos argumentos da pureza racial presentes na ação fascista (Waller 2001: 457-489).

Os fascistas não tinham um ideal tão claro como a sociedade sem classes dos marxistas ou a sociedade sem Estado dos anarquistas, mas sim um nacionalismo expansivo advindo de uma constante busca por uma nova expressão. Esta característica acabou por gerar uma consequente irracionalidade, tornando-se, segundo Payne (1995: 9-10) uma das maiores – se não a maior – desvantagens que o fascismo teve de ultrapassar.

Stanley Payne enxerga o fascismo como uma força importante e original que surgiu como produto do grande conflito na era das guerras mundiais de 1914 e 1945. O autor menciona, no entanto, que uma força desta magnitude não emerge de repente sem que haja um desenvolvimento prévio, e, portanto, no caso do fascismo, suas raízes encontram-se, na verdade, nas inovações trazidas pelo final do século XIX e início do século XX, particularmente nas novas doutrinas e conceitos produzidos pelas mudanças culturais por volta de 1890 e anos subsequentes (Payne 1995: 23). Na visão de Federico Finchelstein, saber que o fascismo nasceu como uma contestação ideológica global da ordem liberal que levou à Primeira Guerra Mundial, antes da sua emergência explícita como movimento, é essencial para qualquer compreensão do fascismo (Finchelstein 2017: 60).

Segundo Enzo Traverso, o fascismo inclui todo um conjunto de movimentos e regimes que surgiram na Europa no período entre guerras, sendo o nacional-socialismo alemão (1933-45) e o franquismo espanhol (1939-75) os que tiveram maior relevância. No entanto, Traverso ressalta a existência de um debate aberto sobre o surgimento de outros movimentos e ditaduras durante as décadas de 1930 e 1940 na Europa - Vichy France, Salazarismo em Portugal, regimes nacionalistas e militares na Europa Central - bem como na Ásia, nomeadamente no Japão imperial, e na América Latina (Traverso 2019: 75).

A análise do fascismo foi por muito tempo liderada pelas escolas conservadoras e marxistas (ambas, ao seu jeito, escolas de extremos). Para

os conservadores, o fascismo foi uma ditadura moderna, baseada no poder autoritário de um líder carismático, cujas principais características foram a quase integral destruição do Estado de Direito, das instituições representativas, da separação de poderes e das liberdades constitucionais. Já os marxistas, descreveram o fascismo como uma ditadura de classe destinada à defesa dos interesses do capitalismo em meio a uma época de intensa crise económica. O capitalismo, sob a ameaça da ascensão da revolução socialista, viu como única saída para manter o seu domínio abandonar a democracia liberal e adotar uma imagem violenta. Para Traverso, o fascismo foi, acima de tudo, a dimensão política da contrarrevolução (Traverso 2019: 76).

Tratava-se de “um movimento plebeu em sua origem, direcionado e financiado por grandes poderes capitalistas” – disse Trotsky – cuja base se encontrava na pequena burguesia. O revolucionário russo, inclusive, alertou em carta escrita a Max Shachtman, em 1931, sobre a possibilidade de a Nova Classe Média, os funcionários do Estado, administradores privados, etc, constituírem tal base. Mussolini, por exemplo, foi um ex-socialista “empreendedor” parte deste movimento (Trotsky 1932).

Em 1922, num discurso ao Congresso Fascista de Nápoles, Mussolini declarou: “Nós criamos o nosso mito. O mito é uma fé, uma paixão. Não é necessário que seja uma realidade...O nosso mito é a nação, o nosso mito é a grandeza da nação! E a esse mito, a essa grandeza, que queremos traduzir uma realidade total, subordinamos tudo” (Stanley 2018: 14). Aqui, Mussolini coloca a grandeza da nação como um grande mito perseguido pelos fascistas, deixando claro que tudo deve ser subordinado à ideia de que a nação está acima de qualquer coisa.

É preciso perceber, no entanto, que no nacionalismo, o conceito de nação tem um significado particular. Stanley Payne explica que se trata de “uma nação individual de cidadãos que fazem parte de uma entidade cultural e cívica e partilham, assim, certos direitos e características equivalentes.” Neste sentido, o ponto-chave do nacionalismo é entender que a nação

não é constituída por cidadãos que preenchem determinados critérios constitucionais, mas sim, por um seletivo grupo unido por ideais comuns, de modo que, conseqüentemente, todos aqueles que não compactuem da mesma visão devem ser automaticamente excluídos ou eliminados, pois não são tidos como “verdadeiros nacionais”. O fascismo inseriu o nacionalismo como uma rejeição ao Marxismo, tido, na época, como alternativa ao conservadorismo e ao liberalismo (Payne 1995: 35).

Os fascistas almejavam reformular o capitalismo sob um prisma nacionalista de forma que as reformas sociais fossem afastadas da esquerda, implementando uma forma de governo que, embora possuísse grande apoio das massas, não questionava os privilégios sociais e econômicos conservadores e seu domínio político (Finchelstein 2017: 75).

O nacionalismo era, então, colocado pelos fascistas como uma nova força radical cujas reivindicações se sobrepunham a outros direitos políticos e justificava a invocação de uma vontade autoritária única ou “geral” para alcançar seus fins, mesmo que, para isto, fosse necessário utilizar meios extremamente violentos (Payne 1995: 36). O objetivo era transformar o imaginário coletivo, mudando o estilo de vida da população através da eliminação de todas as diferenças entre as esferas privada e pública, fundindo ambas em uma única comunidade nacional (delimitada por claras linhas étnicas e raciais) (Traverso 2019: 78).

Historiadores consideram o fascismo como uma “revolução da direita” antiliberal, anticomunista, antidemocrática, anti-semita e anti-iluminista, que utilizava a classe média como mecanismo social e tinha como ambição construir uma nova civilização, capaz de criar sua própria cultura (Traverso 2019: 78). A retórica fascista, ao se basear na divisão dos cidadãos em duas classes (os “verdadeiros nacionais”, legitimados pela natureza, e “os outros”, indignos da nação), estabelece que mulheres que não se encaixam nos papéis tradicionais femininos, não-brancos, homossexuais, imigrantes, cosmopolitas e aqueles que não seguem a religião dominante, são, na sua própria essência, violações à lei e à ordem (Stanley 2018: 79).

Mas é importante entender como era o solo que possibilitou a fertilização dos ideais nacionalistas fascistas, ou seja, em que sociedade o fascismo encontrou tal receptividade para que chegasse tão longe. Após a Primeira Guerra Mundial, observou-se na Europa um fenômeno que Mosse chamou de “trivialização”, isto é, a sociedade, de certa forma, se acostumou com as lembranças decorrentes do terror vivido durante a Guerra, tratando este episódio da sua história como algo realmente trivial, comum, indiferente (Mosse 1990: 126) A trivialização tornou a Guerra familiar. A verdade é que as pessoas escolheram a forma mais leve de lidar com as cicatrizes da Guerra, ao invés de viverem amedrontadas em um estado de trauma constante (Mosse 1990: 127).

Esta aceitação da Guerra acabou culminando num processo de brutalização da política no período entre-guerras, cujo resultado foi a energização do homem contra o inimigo político, assim como a anestesiação da sociedade diante da crueldade humana e da perda de vidas (Mosse 1990: 159-160). Segundo o psiquiatra Otto Binswanger, o decorrer da Guerra levou à uma distorção do sentimento patriota: o entusiasmo e disponibilidade em se sacrificar [pela nação] deu lugar a um ódio cruel e ao desejo de aniquilar o inimigo (Mosse 1990: 163).

Esta vitimização coletiva da sociedade é fomentada por líderes fascistas a fim de criar uma identidade de grupo que é por sua essência oposta ao ethos cosmopolita e ao individualismo da democracia liberal. O nacionalismo fascista cria um “eles” perigoso do qual é preciso se defender, lutar contra e controlar, de forma que a identidade de grupo possa ser restaurada (Stanley 2018: 76).

A Guerra não só passou a ser encarada com aceitação como também foi remodelada em uma experiência sagrada que vestiu a nação com um profundo sentimento religioso, exaltando santos, mártires e lugares de culto. Neste contexto, Mosse relembra que a imagem do soldado caído nos braços de Cristo, intensamente difundida durante e após a Primeira Guerra, projetou na nação uma intensa crença no martírio e na ressurreição, de forma

que o culto ao soldado caído se tornou um símbolo central do nacionalismo após a Guerra, tendo ainda maior impacto na Alemanha, que vivia a caótica transição da guerra para a paz devido à sua derrota (Mosse 1990: 7).

Em 1929, a sociedade alemã já contava com sua terceira grande crise em menos de doze anos. O número de desempregados atingiu os três milhões, em meados de 1930, fazendo com que setores inteiros da classe média viessem à falência, assim como pequenas e grandes empresas. Neste mesmo ano, em meio a intensas disputas políticas, o governo social-democrata de Hermann Müller caiu. Na iminência da realização de novas eleições, o potencial de voto nazista cresceu 800%, consolidando a ameaça que representavam (Harman 2018).

Ao longo do século XIV, o nacionalismo na Europa foi pendendo cada vez mais para a direita no espectro político e assumindo tendências cada vez mais autoritárias. Neste sentido, verificou-se que, no início do século seguinte, o nacionalismo se consolidou como a principal base do novo autoritarismo de direita, desafiando tanto as forças do liberalismo como do socialismo (Payne 1995: 37).

Em suma, a brutalização da vida pública, a rotinização da violência e do autoritarismo, e a intensificação do nacionalismo introduzidos pela Guerra foram fatores decisivos sem os quais o fascismo não teria conseguido triunfar no período que seguiu (Payne 1995: 79).

2.2 Ecofascismo: nexó entre nacionalismo e a abordagem ambiental do regime fascista

Quando observamos os ataques ao meio ambiente e o negacionismo das alterações climáticas por parte dos atuais populistas de direita, parece impossível pensar que, outrora, a ecologia desempenhou um papel vital na

consolidação do regime fascista. Mas, como disseram Biehl e Staudenmaier, “até a mais louvável das causas pode ser pervertida e instrumentalizada a serviço da selvageria criminosa” (Biehl e Staudenmaier 2011: 39).

Jason Stanley explica em seu livro *How Fascism Works?* que o princípio da igualdade, no fascismo, é considerado uma negação da lei natural, a qual determina que os mais poderosos devem prevalecer em detrimento dos mais fracos. A partir deste raciocínio, homens seriam supostamente superiores às mulheres e a nação escolhida pelo líder fascista, aos demais grupos da sociedade. Naturalmente, portanto, o grupo mais forte irá sempre liderar e dominar o mais fraco (Stanley 2018: 60).

Com base nesta premissa, o Nacional Socialismo alemão, liderado por Hitler, associava os problemas ambientais à destruição provocada por outras raças, apelando no sentido de que estas deveriam ser eliminadas para dar lugar à uma vida de plena interação harmônica da nação com a natureza. Basicamente, a implementação do ecofascismo, como assim chamaram Biehl e Staudenmaier, nada mais foi do que uma justificativa camuflada para a organização dos assassinatos em massa (Biehl e Staudenmaier 2011: 39).

O ecofascismo intensificou o patriotismo deturpado que ascendeu após a Primeira Guerra e fez morada na brutalização que tomou conta da sociedade. Um povo que já havia, há pouco tempo, vivido anos de terror e sangue, parecia estar disposto a tudo para fazer parte da paisagem pacífica e acolhedora em harmonia com a natureza proposta pelo regime fascista. Essa natureza mitológica almejada pela nação, contudo, não fazia parte de um futuro idealizado, mas sim, associava-se a tempos passados, nos quais a nostalgia de uma inocência há muito perdida serviu para reforçar o fascismo e as ideias nacionalistas (Mosse 1990: 124).

Para além do discurso, Hitler estabeleceu na Alemanha um plano ecológico liderado por fiéis nacional-socialistas, os quais tiveram a missão de aliar o compromisso ecológico com o intenso processo de industrialização do Terceiro Reich (Biehl e Staudenmaier 2011: 34). Para se ter uma

ideia, Richard Walther Darré, nomeado Líder dos Camponeses e Ministro da Agricultura, possuía o quarto maior orçamento de todos os ministérios nazistas, o que lhe possibilitou implementar uma série de iniciativas ambientais, sempre baseadas no seu lema “sangue e solo” (Biehl e Staudenmaier 2011: 31-32).

Muito mais que um princípio seguido apenas por Darré, mas uma das mais genuínas estruturas do pensamento nazista, o sangue representava a raça, e o solo, a nação e o meio ambiente. Quando Darré proclamou que “a união do sangue e do solo devia ser restaurada”, seu clamor era pelo retorno da conexão entre a natureza da nação e aqueles que verdadeiramente a merecem (Biehl e Staudenmaier 2011: 31).

Dentre as medidas implementadas por Darré, a inovação mais importante foi a introdução em larga escala da agricultura orgânica (biológica). Também chamada de *agricultura de acordo com as leis da vida*, deixava claro, mais uma vez, a ideologia da ordem natural presente no pensamento ecológico reacionário (Biehl e Staudenmaier 2011: 34).

Mosse explica que os alemães foram instados a ultrapassar a guerra através dessa fantasia patriótica e a natureza serviu para mascarar o horror da guerra através de uma combinação de ordem e beleza (Mosse 1990: 113). A guerra, por fim, vinculou a natureza mais do que nunca ao nacionalismo e a um elitismo político apropriado pela direita europeia.

2.3 Neofascismo: da resistência no pós-Guerra ao tempo presente

2.3.1 Resistência fascista após a derrota

Após a derrota do fascismo, observou-se uma rejeição generalizada à política da extrema-direita. Isto deve-se ao fato de que quase todos os seus representantes apoiaram o regime fascista durante a guerra, e em países como Alemanha e Holanda, por exemplo, todos os nacionalismos passaram a ser vistos de forma negativa. O pequeno grupo de fascistas fiéis

que não se adaptou à realidade democrática (e que também não se encontrava preso) acabou marginalizado, ficando na gênese da ulterior formação de movimentos e partidos “neofascistas” (Mudde 2019: 21).

Nos primeiros dez anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial, os neofascistas encontraram grandes dificuldades para se posicionarem politicamente, pois além de terem de lidar com o clima extremamente hostil no cenário político e com a repressão estatal, raramente conseguiam obter o apoio popular. A maioria dos partidos políticos neofascistas sequer disputou eleições no período pós-guerra (Mudde 2019: 21). Buscando superar o status de marginalização nacional, chegaram inclusive a tentar uma organização a nível internacional⁷, no entanto, mesmo com o apoio dos mais conhecidos ativistas e partidos de extrema-direita daquele período de pós-guerra, nenhuma tentativa obteve êxito, e os neofascistas manteriam por largo tempo na Europa a posição de marginais na sociedade (Mudde 2019: 23).

Na visão de Traverso, o neofascismo deve ser diferenciado do pós-fascismo, pois enquanto o primeiro se trata de uma tentativa de perpetuar e regenerar o antigo fascismo – fenômeno que tem sido observado em vários partidos e movimentos na Europa central nas últimas décadas – o segundo, apesar de ter raízes no fascismo clássico, não funciona como uma continuidade ideológica, mas sim, como uma ação por formas próprias (Traverso 2019: 13-14), dificultando assim que haja uma imediata percepção da sua verdadeira identidade ideológica.

Finchelstein concorda que os neofascistas querem invocar e replicar o legado do fascismo, ao contrário dos populistas que pretendem reformular a democracia de maneira autoritária, porém sem destruí-la completamente (Finchelstein 2017: 32). Contudo, ressalta que as democracias anti-

⁷ As “internacionais fascistas” também se destacaram na segunda metade do século XX, embora nenhuma tenha se desenvolvido com forças significativas. Dentre estas, encontram-se o Movimento Social Europeu da década de 1950, a associação da Nova Ordem Europeia e a afiliação da Young Europe, a União Mundial de Nacional-Socialistas, e a Aliança Mundial de Revolucionários Nacionais, formada no final da década de 1970 (Payne 1995: 499).

liberais pós-fascistas são apenas um disfarce para a perpetuação do próprio fascismo, que ocorre através de várias combinações de populismo e de neofascismo (Finchelstein 2017: 31).

2.3.2 Breve identificação do neofascista hoje

Políticos neofascistas pretendem (tal como os fascistas) trazer de volta à atualidade a ideia da família patriarcal. Numa sociedade fascista, o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional. Como Stanley apresenta, “o líder é o pai da sua nação, e a sua força e poder são a fonte da sua autoridade legal, tal como a força e poder do pai da família no patriarcado é suposto ser a fonte da sua autoridade moral suprema sobre os seus filhos e esposa” (Stanley 2018: 17).

A política neofascista é hábil no aproveitar-se da nostalgia que emerge em momentos de crise (social, económica, política) em relação ao que é miticamente apresentado como um passado de ordem, de respeito pela autoridade paterna, pela autoridade do estado, e explora por essa via a ideia de legitimidade de uma liderança autoritária, justificada pela necessidade de “colocar ordem” na sociedade, como veremos mais claramente nos casos concretos apresentados a seguir.

Na linha dessa ideia de busca pela purificação coletiva, pela purga das instituições da presença daquilo que os neofascistas apresentam como elites viciosas e viciadas, surge também uma atitude de reprovação das universidades. Mais do que uma simples atitude de anti-intelectualismo⁸, frequente entre os populistas de extrema-direita que exploram à exaustão a ideia de uma suposta divisão inconciliável entre nós vs. eles, sendo o ‘nós’ o povo, e o ‘eles’ as elites políticas, na crítica neofascista aos intelectuais

⁸ Para um melhor entendimento deste conceito, sugere-se a leitura de Hofstadter (1966); Jacoby (2009).

acadêmicos está sobretudo um desejo de condicionamento da própria produção de ideias. Os políticos neofascistas catalogam amiúde a classe acadêmica como classe em que abundam “políticos” marxistas que pretendem doutrinar os alunos por via de seus ensinamentos, denunciando todas as áreas de estudo que, na sua perspectiva, sejam espaços disfarçados de científicos para a disseminação ideológica esquerdista. Neste contexto, e a título exemplificativo, os estudos de gênero estão (a par da História) entre os mais atacados por governos de índole neofascista, ainda que inseridos em Estados que mantêm as suas instituições democráticas. Neste contexto, os professores dessas áreas disciplinares são acusados de desrespeito pela nação e seus valores, veículos de ideologia de gênero, detratores do passado imperial (nos casos em que o Estado possui passado colonial), e suas universidades e escolas são denunciadas como exercendo “doutrinação marxista” (Stanley 2018: 17)

Vladimir Putin, fazendo precisamente esta leitura sobre os meios acadêmicos, não hesitou, em 2017, em utilizar as próprias universidades como armas ideológicas contra supostos excessos do feminismo (Stanley 2018: 38). No Brasil, Jair Bolsonaro também manifestou oposição clara ao que considera “lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino”, afirmando que seu governo (2018-2022) trabalharia para “formar cidadãos e não mais militantes políticos”.⁹ Estas palavras podem aliás ser entendidas como uma forma de Bolsonaro utilizar o já existente movimento “Escola sem Partido”, criada em 2004, desta feita para orientar o conceito no sentido da denúncia de tudo o que pudesse na verdade ser entendido como crítica aberta ao seu governo e/ou aos seus valores autoritários, paternalistas, ultranacionalistas.

Entretanto, e como outra característica de relevo, verifica-se que com frequência os neofascistas assumem posturas populistas como forma de

⁹ Osakabe, M. (2018), *Para Bolsonaro, 'lixo marxista' é uma das causas da baixa posição do País em rankings de ensino*, Estadão, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/para-bolsonaro-lixo-marxista-e-uma-das-causas-da-baixa-posicao-do-pais-em-rankings-de-ensino.70002662534> (acessado em 12 de maio de 2022).

atingirem um consenso antiliberal mais alargado e amplo junto de potenciais eleitorados (Finchelstein 2017: 101). Por outras palavras, onde a esquerda se apresenta como forte oposição ao neoliberalismo e assume o discurso anticapitalista, os neofascistas tendem a assumir um discurso de revolta social que explora os sentimentos de desigualdade e injustiça dos mais debilitados, um discurso forte o suficiente para disfarçar ou maquiagem de forma bastante eficaz os valores racistas e xenófobos que estão na sua base (Traverso 2019: 49).

CAPÍTULO 3 - O fascismo em terreno democrático

Muitas pessoas têm dificuldade em entender como o fascismo pode se fazer presente nos tempos atuais em sociedades democráticas. O conceito de fascismo para a maioria da população é imediatamente atrelado à Alemanha nazista, ao totalitarismo de Hitler, ao Holocausto, à Itália de Benito Mussolini, e a outras experiências autoritárias e até totalitárias do século XX. Portanto, como entendem que campos de concentração e câmaras de gás foram extintos com o fim da Segunda Guerra, resistem à ideia de que ideais fascistas ainda possam existir entre nós e que, principalmente, tenham espaço para se proliferar em terrenos democráticos do século XXI.

Obviamente, o contexto recente é bem diferente daquele do século XX, de forma que algumas estratégias e métodos utilizados pelos fascistas do passado não conseguiriam ter a mesma efetividade que um dia tiveram nas mãos de seus ditadores e correligionários. Por este motivo, o fascismo precisou evoluir e aprimorar sua abordagem para passar de modo eficaz suas ideias aos cidadãos eleitores do século seguinte, aprendendo a se encaixar nos regimes democráticos e a disfarçar a inerente contradição que tem com estes.

A democracia trouxe consigo constituições, reforma legislativa, participação popular, princípios de igualdade de gênero e de igualdade racial, abertura de fronteiras, intensificou os movimentos sociais, e acima de tudo trouxe a consolidação dos valores da liberdade de pensamento e de expressão, abrindo amplos espaços aos contraditórios, necessariamente salutarres em contexto democrático. Contexto, em paralelo, nada favorável às ortodoxias discursivas dos nacionalismos e às visões autoritárias sobre a sociedade. Os neofascistas, então, precisaram criar alternativas para contornar o sistema com o intuito de perpetuarem seu legado na sociedade e conquistar espaço na cena política. Steven Levitsky, baseado no trabalho de Juan Linz, elencou alguns sinais aos quais nos devemos atentar a fim

de identificar um perfil autoritário no contexto democrático. Devemos, portanto, reparar se um político: 1) rejeita as regras do jogo democrático, seja através de ações ou de palavras; 2) nega a legitimidade política dos seus oponentes; 3) tolera ou encoraja a violência (por exemplo, na aceitação de milícias populares como alternativas ao funcionamento das autoridades policiais legítimas; na instigação do porte de arma; na postura passiva perante a crimes de feminicídio, de homofobia, etc); ou ainda se 4) indica a intenção de limitar as liberdades civis dos seus oponentes, incluindo a mídia. Em paralelo, quando se procura identificar os políticos que tendem a preencher critérios autoritários em seus perfis, frequentemente se identificam na lista os políticos populistas *outsiders*. Os populistas *outsiders* optam amiúde por se apresentarem como não-políticos, como anti-sistema que desejam a denúncia do politicamente correto (Levitsky 2018: 24).

3.1 Populismo: A política do “nós vs. eles”

Outro conceito que importa analisar e que releva para a nossa análise global é o de populismo. Para entender o conceito de populismo é essencial considerar que este se afirma como uma espécie de ideologia-estratégia, procurando comunicar ideias que surtem rápido efeito entre os mais vulneráveis, tais como a ideia de que existe uma oposição insanável entre o povo e as “elites”. Estas são consideradas corruptas ou, de alguma forma, moralmente inferiores quando comparadas ao líder populista e seus seguidores. Além de antielitistas, os populistas são, ainda, antipluralistas, ou seja, na concepção dos populistas, somente eles são capazes de representar o verdadeiro povo, de forma que outras correntes políticas nada mais são do que uma elite imoral e corrupta (Müller 2016: 15).

Não cabe aqui alongarmo-nos na análise histórica sobre a emergência do populismo. Contudo, impõe-se como oportuno referir que ele surge de forma muito clara no período da Guerra Fria, muito ligada às formas autoritárias de exercício do poder em várias partes do mundo como Ásia, África e América Latina. O populismo, atrevemo-nos a afirmar, surge assim

associado aos esforços do totalitarismo (fascista e comunista) em garantir a sobrevivência de seus valores em contextos democráticos do pós-guerra. Essa ascensão do populismo ganha particular relevância na América Latina, mas também na Europa, sobretudo a partir do fim do socialismo de Leste (finais da década de 80). Finchelstein explica que foi após o fascismo ter deixado a cena mundial que o populismo se tornou assim, pela primeira vez, um regime (Finchelstein 2017: 48 e 83), ou, como preferimos dizer, uma alternativa funcional à manutenção do ideário autoritário do fascismo.

Para Chantal Mouffe, o populismo não é uma ideologia e nem um regime político, mas sim uma forma de fazer política que pode assumir várias formas ideológicas, a depender do tempo e do lugar, e a qual pode ser compatível com diferentes quadros institucionais. Chantal menciona ainda que é possível identificar um “momento populista” quando a hegemonia dominante está a ser desestabilizada pelo aumento de exigências não satisfeitas, originárias das pressões por transformações políticas e econômicas (Mouffe 2018: 13). Esse “momento” aponta para um “retorno político”, após um longo período de pós-política, que pode abrir caminho para medidas autoritárias, por meio de regimes que enfraquecem as instituições democráticas liberais ou, em contrapartida, na visão da autora, pode levar à uma reafirmação dos valores democráticos, a depender do tipo de populismo em referência (Mouffe 2018: 15).

Seja como for, é neste contexto pós-democrático, em que os ideais democráticos de soberania popular e de igualdade mostram-se em decadência, que o “momento populista” deve ser analisado. Caracteriza-se pelo surgimento de diversas resistências contra um sistema político-econômico cada vez mais visto como controlado por elites privilegiadas, que não dão ouvidos às exigências de outros grupos da sociedade (Mouffe 2018: 15) Na mira do populismo político está quase sempre o modelo liberal de democracia. Assim, de um lado os liberais preocupam-se com a empatia crescente face ao populismo, ao nacionalismo e até mesmo à xenofobia. Do outro lado, os teóricos da democracia salientam aquilo que parece ser o

primado de uma “tecnocracia liberal” que acaba por privilegiar a ideia de eficácia governativa em detrimento da ideia de democracia atenta aos desejos dos cidadãos comuns (Müller 2016: 10). Naturalmente, o desgaste da democracia por via dessa abordagem tecnocrática acaba por ser pasto abundante para o descontentamento popular e a sua permeabilidade às retóricas populistas.

Os populistas reduzem o conflito social a dois campos de batalha: de um lado, as pessoas trabalhadoras e simples, honestas e cumpridoras, e de outro lado, uma elite corrupta, apenas empenhada na promoção do seu próprio interesse. No caso do populismo atrelado à extrema-direita, a divisão completa-se pela presença ao lado das elites de todos os que são vistos como parasitas da sociedade (minorias étnicas e de género, imigrantes) que as elites protegem através de políticas públicas coniventes com o seu parasitismo (Müller 2016: 16).

Ser crítico das elites é, portanto, uma condição primordial do populismo, assim como a necessidade de haver alguém que fale em nome do povo como um todo, baseando-se na ideia de que a política não deve ser mais dividida e que o povo deve ter um único e verdadeiro representante (Müller 2016: 15).

As elites são, para a extrema-direita, os “outros” étnicos e raciais, sejam eles internos ou externos ao país, e são as “elites” corruptas. Segundo Cas Mudde, a corrupção surge muitas vezes no discurso populista, na linha de raciocínio que leva à legitimação do autoritarismo e o do nacionalismo. Logo, no discurso populista de extrema-direita (com toda a sua dimensão neofascista presente) há a urgência de lutar contra a corrupção instigada por toda uma cultura de valores marxistas que enfraquecem a nação (Mudde 2019: 40).

As elites, neste contexto, correspondem a um grupo de “traidores” da nação. Como prova dessa traição, está a ligação das elites a interesses estrangeiros. O nacionalismo de Trump, por exemplo, foi colocado como sendo uma afirmação contra os “globalistas” e esse retrato permite que os

líderes populistas nacionalistas enquadrem a oposição dessas elites como um complô contra a nação (Singh, 2021: 261).

As elites representam uma ideia de antagonistas políticos inimigos do povo, cujas formas de expressão não estão alinhadas com o “pensamento nacional” (Finchelstein 2017: 46-47).

Em paralelo, no mesmo esteio ideológico que tanto explora a suposta divisão entre elites e povo, surge a imagem do líder quase messiânico, um salvador da nação, que pelas suas características excepcionais se distancia do comum dos mortais, o cidadão. O líder é tido como anunciador de um futuro de redenção nacional e constituído por uma figura combinada de representante de Deus e herói nacional do povo. Eva Perón, esposa do general, assim dizia: “Eu não fiz nada; tudo é Perón. Perón é a pátria, Perón é tudo, e todos nós estamos a uma distância astronômica do Líder da nação. A Pátria está salva, porque está nas mãos do general Perón.”¹⁰ Ora, salvo as devidas diferenças, este raciocínio aplica-se à maioria dos líderes autoritários ou de laivos autoritários (Finchelstein 2017: 142), seja de Perón a Chávez, de Trump a Bolsonaro.

Importa enfatizar que o populismo não se limita à uma retórica de campanha inofensiva ou a um mero discurso de rebeldia que se extingue assim que o líder populista toma o poder, já que muitos defendem que políticos populistas perdem força assim que ganham uma eleição. Assim, Müller explica que a governança populista reúne três características: tentativas de sequestro do aparato estatal, corrupção e “clientelismo em massa” (troca de benefícios materiais ou favores burocráticos por apoio político de cidadãos que se tornam “clientes” dos populistas), e um esforço sistemático para suprimir voz da sociedade civil. Por defenderem ser o único representante do povo, é comum que líderes populistas confessem suas ações em

¹⁰ Eva Perón, “Discurso pronunciado el 22 de agosto de 1951, en la asamblea popular, que se constituyó en el Cabildo Abierto del Justicialismo en la Avenida 9 de Julio,” in Eva Perón, Mensajes y discursos (Buenos Aires: Fundación pro Universidad de la Producción y del Trabajo: Fundación de Investigaciones Históricas Evita Perón, 1999), 333:254.

público, característica que explica, por exemplo, por que denúncias de corrupção raramente parecem afetá-los (Müller 2016: 8). Pode-se dizer que o populismo não é um defeito da democracia, mas sim uma forma política que evolui em democracias onde as desigualdades tendem a se acicatar. Isto significa que o populismo tende a crescer em cenários onde a diferença de renda aumentou e a legitimidade da representação democrática diminuiu. Neste contexto, o populismo é capaz de enfraquecer a democracia cada vez mais, mas sem quebrá-la, pois, quando a democracia se extingue, o populismo deixa de existir e dá lugar à ditadura (Finchelstein 2017: 17). Tal como Federico Finchelstein explica, estes "governos extraordinários" de regimes autoritários

(...) eliminam a democracia e combinam um desrespeito pelo Estado de Direito; elevados níveis de repressão; eliminação ou subjugação da imprensa; e a rejeição de eleições livres e contestadas com consenso de massas e, de um modo mais geral, a transgressão de instituições como a separação de poderes e a liberdade de expressão (Finchelstein 2017: 139).

3.2 Populismo na direita e os laivos do fascismo sobrevivente

Inicialmente, a maioria das resistências políticas contra o consenso pós-democrático vieram da direita. Na segunda metade do século XX, verificou-se um aumento significativo nos partidos e políticos populistas de direita, os quais representavam uma oposição às elites do pós-guerra, deixando para trás a lealdade ideológica ao derrotado regime fascista (Mudde 2019: 23). Esta mudança de posicionamento ocorreu, principalmente, devido à necessidade destes grupos se adaptarem ao contexto democrático no qual pretendiam competir eleitoralmente. Assim, estudiosos passaram a classificar estas novas forças do nacionalismo autoritário na Europa como “direita radical” (Payne 1995: 497).

Finchelstein enfatiza que o populismo está mais ligado ao fascismo do que as outras formas de ditadura da Guerra Fria, que muitas vezes eram explicitamente antipopulistas (Finchelstein 2017: 121). Os populistas de direita resgatam o nacionalismo fascista e resumem a democracia à hegemonia de um grupo étnico predominante, alegando que a democracia está a ser ameaçada por pessoas de fora (Finchelstein 2017: 20). Esta nova forma de populismo autoritário, apresentado pelos europopulistas de direita e os populistas americanos, caracteriza-se, principalmente, pela exclusão das minorias étnicas, religiosas e imigrantes da sociedade (Finchelstein 2017: 141).

Nos Estados Unidos do século XX, esta divisão era constituída, geralmente, pela fronteira entre elites liberais e minorias raciais (Müller 2016: 16). Alguns populistas de direita mais recentes encarnam um modelo estereotipado de liderança ainda mais reacionária do papel e da imagem da mulher na sociedade. Tentativas repressivas de proibir as mulheres muçulmanas de usar o véu em alguns países europeus, por exemplo, podem ser identificadas na maioria dos populismos de direita (Finchelstein 2017: 54).

O primeiro movimento realmente relevante que estabeleceu o populismo de direita no cenário político europeu foi a União de Defesa de Lojistas e Artesãos, ou “Os Poujadistas”, por causa de seu líder Pierre Poujade. O Poujadismo distinguia-se por ter características muito peculiares ao fascismo, mas não se mostrava abertamente antidemocrático - apesar de Poujade ter chamado a Assemblée Nationale de “o maior bordel de Paris”. O movimento acabou por desaparecer da política francesa com a fundação da Quinta República, em 1958, mas Jean-Marie Le Pen, líder do movimento juvenil Poujadista, conseguiu carregar o legado ao ser eleito parlamentar em 1956 (Mudde 2019: 23). Com raízes em solo fascista, portanto, nasceu a carreira política da família Le Pen.

Outros partidos populistas de direita surgiram na sequência ao Poujadismo, na segunda metade do século XX, como a Ação Nacional Sueca

pelo Povo e a Nação, o Partido do Progresso, na Dinamarca, e seu homônimo, na Noruega, e o mais importante e duradouro, o Partido Nacional Democrático Alemão, formado por antigos oficiais nazistas, em 1964. Há de se citar também a Frente Nacional Britânica, um partido veementemente racista e anti-imigração dos anos 70 que tinha como slogan “Make Britain Great Again”, o qual, décadas depois, seria reutilizado por Donald Trump nos Estados Unidos da América (Mudde 2019: 24).

O populismo clássico estava ligado diretamente ao fascismo, mas, em contrapartida, também propunha veementemente o seu desaparecimento e a criação de uma “terceira via” não liberal: a democracia anticomunista (Finchelstein 2017: 121). Nos Estados Unidos, este movimento ficou bastante evidente através de seus representantes mais famosos: John Birch Society e o senador Joseph McCarthy. Mais tarde, a campanha do senador republicano Barry Goldwater, apesar de fracassada, plantaria as sementes de um novo conservadorismo radical, que teve como momento mais significativo a corrida presidencial de George Wallace, governador do Alabama, em 1968 (Mudde 2019: 24).

Nos anos 90, partidos populistas de direita, como o FPÖ na Áustria e o Front National na França, começaram a apresentar-se como aqueles que devolveriam ao “povo” a voz de que tinham sido privados pelas elites. Ao criarem uma divisão concreta entre o “povo” e o “*establishment* político”, ganharam espaço para traduzir as exigências dos setores populares que se sentiam excluídos do consenso dominante, através de um vocabulário nacionalista (Mouffe 2018: 15).

O populismo de direita promete trazer de volta a soberania popular e restaurar a democracia. Contudo, esta “soberania nacional” é reservada para aqueles que são considerados verdadeiros “nacionais”. Os populistas de direita, assim como os fascistas, não atendem aos anseios de igualdade e constroem um “povo” à base da exclusão de diversos grupos da sociedade (Mouffe 2018: 17-18). Trata-se de uma liderança baseada em uma

relação extremamente autoritária para com os cidadãos, de forma que todas as decisões vêm do topo, sem uma verdadeira participação das bases (Mouffe 2018: 27).

Por vezes, os neofascistas caminham mesmo lado a lado com o populismo, diferindo essencialmente no fato de os populistas possuírem o anseio de reformular a democracia através de um viés autoritário, mas sem a extinguir completamente. Sob a ótica económica, é essencial ressaltar que o populismo tem uma sinergia significativa com o neoliberalismo. Através da combinação de ideias populistas do povo, dos inimigos oligárquicos e da nação com programas de austeridade neoliberal e políticas económicas de mercado, os dois conceitos se atraem. Na Argentina, Carlos Menem intensificou a frente neoliberal nos anos 90, enquanto no Peru e na Colômbia, foi verificada uma campanha agressiva contra a guerrilha de esquerda também em cooperação com o populismo neoliberal (Finchelstein 2017: 146).

No caso de Menem, medidas de austeridade eram relacionadas com a soberania popular, defendendo políticas de livre mercado em nome da pátria, de Deus e do povo. Seu argumento era baseado na necessidade destas medidas em nome da “unidade nacional e do interesse sagrado da Argentina e da América Latina”, objetivando conquistar a adesão dos latino-americanos para seu projeto de populismo neoliberal (Finchelstein 2017: 150-151).

No contexto europeu, Berlusconi apresentou-se como anticomunista, declarando que entrou na política para combater o "mal". Ao assumir chegar a primeiro-ministro italiano, Berlusconi veio no mínimo perturbar a divisão de poderes, chamando o poder judiciário de "câncer", ao mesmo tempo que procurou passar uma ideia plebiscitária de poder, centrado na sua pessoa, defendendo no plano económico soluções neoliberais (Finchelstein 2017: 150).

No Reino Unido, o governo conservador de Margaret Thatcher conseguiu robusto apoio ao seu projeto neoliberal com seu discurso de liberdade

individual e a promessa de livramento da pressão opressiva do Estado, vencendo em uma boa parte dos setores da classe trabalhadora. O conceito de democracia ganhou um novo significado, sendo colocado em segundo plano, em detrimento da liberdade. Neste contexto, a ideia de liberdade individual está diretamente atrelada à liberdade econômica e propriedade privada, de forma a se sobrepor à defesa da igualdade social (Müller 2016: 21).

Mais recentemente, Donald Trump representou os ideais populistas de extrema-direita e até mesmo os ideais neofascistas de forma bastante veemente através de um discurso e ação política assentes na ideia ultranacionalista da grandeza única americana, por sua vez instigadora de racismo, intolerância religiosa e cultura e, rejeição de imigrantes com base em preconceitos raciais e étnicos (Finchelstein 2017: 186).

3.3 O populismo na estratégia política da extrema-direita

Importante deixar claro que este trabalho não irá tratar da “direita clássica” liberalista, mas sim da direita “anti-sistema”, estabelecida aqui como uma ameaça à democracia, e que é definida por Cas Mudde como *far right*. “*The far right*” (e mantenho o termo em inglês para evitar confusão de conceitos, já que não há termo específico em português que diferencie *far right* de *extreme right*), segundo Mudde, subdivide-se em dois subgrupos mais amplos. A *extreme right* rejeita a essência da democracia: a soberania popular e a regra da maioria. Mudde inclui o fascismo neste subgrupo. Já a *radical right* aceita a essência da democracia, mas faz oposição a elementos essenciais da democracia liberal, como os direitos das minorias, regras jurídicas e separação dos poderes. Ou seja, para Mudde, embora ambos os subgrupos rejeitem o conceito de democracia liberal, o fazem de formas diferentes, pois, enquanto a *extreme right* é revolucionária, a *radical right* tem caráter reformista. Como resume as Mudde, a *radical right* confia no poder do povo, a *extreme right*, não” (Mudde 2019: 17-18).

No contexto delineado por Mudde, trataremos da extrema-direita a partir conceito amplo definido por *far right*, pois, em diálogo ainda que em contraste com a classificação do autor (Mudde 2019: 31), entendemos que políticos neofascistas (da *extreme right*) também se utilizam de estratégias populistas para alavancar plataformas políticas e sabotar a democracia, assim como a direita radical, populista, apesar de não objetivar a extinção da democracia por completo, também tem suas raízes ideológicas no fascismo. Assim, todas as referências à extrema-direita (*far right*) neste trabalho acabam incluindo ambos os subgrupos de Mudde, a *radical right* e a *extreme right*.

Neste sentido, esta dissertação seguirá uma abordagem em linha com as explicações de Federico Finchelstein, em seu livro *From Fascism to Populism in History*, no qual explica que tanto o fascismo como o populismo contrapõem-se ao liberalismo; envolvem uma condenação moral da democracia liberal; e representam uma resposta das massas através da personificação de um líder forte que fale em nome do povo e contra as elites e a política (Finchelstein 2017: 12-13).

A escolha de Finchelstein, devo confessar, também parte de uma questão que particularmente considero essencial para interpretar a política: Finchelstein traz ao debate a visão do Sul Global, muitas vezes desconsiderada ou sobreposta pelos pontos de vista estadunidense e europeus. Para o argentino, nem o fascismo e nem o populismo são exclusivos de nenhuma região, de forma que tanto a Alemanha como a Índia foram palco de governos fascistas. Segundo ele, nos Estados Unidos e na Europa, muitos estudiosos que explicam o passado e o presente do fascismo e do populismo, acabam enfatizando as dimensões estadunidenses e europeias de um fenômeno que é, na verdade, global e transnacional. Ora, como bem diz Finchelstein, todas as histórias são importantes (Finchelstein 2017: 12).

O fascismo está localizado claramente na extrema-direita do espectro político, como rejeição aos valores democráticos universais. Já o populismo pós-guerra nasceu da derrota ditatorial do fascismo e tornou-se historicamente uma forma autoritária de democracia. No entanto, nada impede que o populismo dialogue e até mesmo tenha uma recaída nas suas origens fascistas (Finchelstein 2017: 56).

Em resumo, apesar de o populismo ser definido por sua rejeição à ditadura fascista e violência extrema, continua claramente a refletir premissas ideológicas do fascismo. O populismo como movimento torna-se neofascismo quando passa da concepção homogênea do povo para uma que postula uma identidade étnica com a comunidade nacional, enquanto migra da retórica do inimigo não identificado (as elites, traidores, etc) para uma identidade racial identificável ou inimigo religioso vítima de violência política, por exemplo (Finchelstein 2017: 55-56).

Na essência da extrema-direita, encontra-se o nacionalismo étnico, o autoritarismo como metodologia de relação de poder, o anti-socialismo e uma visão acrítica do passado histórico da comunidade, mesmo que o acriticismo implique revisionismo de modo a manter inalterada a narrativa da história que se pretende projetar como válida. Assim, neste último, inclui-se o negacionismo da culpa da guerra, do Holocausto, do colaboracionismo nos períodos da Segunda Guerra, entre outras questões. Em alguns casos, como trata esta dissertação, a extrema-direita é também populista na medida em que considera a sociedade como estando dividida em dois grupos: “o povo puro” contra “a elite corrupta”, “nós” versus “eles”, “os outros”, sendo que a defesa das necessidades “do povo” deve prevalecer (Forchtner 2020: 16)

A extrema-direita populista combina uma série de diferentes imaginários políticos e tradições, evocando diferentes passados nacionalistas em forma de narrativas identitárias e enfatizando diversos problemas na política do dia a dia. Alguns partidos chegam efetivamente a ganhar mais suporte através de uma ambivalente relação com o passado fascista, como

na Áustria, na Hungria, na Itália, na Polónia e na França (Forchtner 2020: 29).

Partidos populistas de extrema-direita caracterizam-se também pela denuncia de uma ameaça iminente à identidade nacional vinda das minorias étnicas, tais como as minorias ciganas, africanas, muçulmanas ou outras (e.g. na Hungria, Grécia, Bulgária, Itália e Reino Unido)¹¹, enquanto alguns outros endossam uma agenda cristã tradicional conservadora (EUA, Polónia e Rússia). A verdade é que a maioria dos partidos de extrema-direita seguem diferentes estratégias ao mesmo tempo, dependendo do tipo de audiência e do contexto, de forma que as definições supramencionadas são entendidas como meramente de natureza analítica (Forchtner 2020: 29).

Alguns partidos de extrema-direita têm-se tornado cada vez mais explicitamente racistas e tendem a enfatizar a violência contra imigrantes. A imigração e a superpopulação são temas recorrentes nas pautas da extrema-direita. Um membro do grupo separatista branco Stormfront (Estados Unidos) oferece uma amostra deste discurso anti-imigração:

Atualmente, maior perigo para a saúde deste planeta... .. são as hordas de não-brancos no terceiro mundo que não tem a consideração do homem branco pela natureza. Além disso, a invasão de países brancos está a sobrecarregar recursos, como água potável e esgoto, que antes eram perfeitamente adequados para sustentar a população branca. Os não-brancos têm mostrado não ter nenhuma consideração pelo meio ambiente. (Mix 2009: 157)

Aqui, fica fácil identificar a semelhança com o discurso ecofascista de limpeza étnica, o qual se utiliza de estratégias nacionalistas para convidar a população a lutar contra o inimigo não-branco e estrangeiro para

¹¹ Como os partidos Fidesz e Jobbik na Hungria, Aurora Dourada na Grécia, o União Nacional Búlgara, Irmãos de Itália e o BNP, no Reino Unido.

proteger a pátria e seu território. Fica também nítida a dicotomia populista do “nós” e “eles”, de forma que, seguindo este raciocínio, somente a população branca merece ser protegida e ter acesso ao que a nação oferece.

É neste contexto que a análise central desta dissertação acontece. A extrema-direita, que, como já vimos, tem suas raízes na ideologia fascista do século XX e utiliza-se, muitas vezes, de estratégias populistas nacionalistas para disseminar ideias racistas e xenófobas, apropria-se da natureza e da causa ambiental para pleitear e/ou implementar políticas anti-imigra-tórias contra pessoas não-brancas e não-cristãs, como veremos mais detalhadamente a seguir.

CAPÍTULO 4 – A natureza pelas lentes da extrema-direita

Ao ressaltar a importância da investigação sobre a extrema-direita e o meio ambiente na atualidade, Bernhard Forchtner menciona que estamos a enfrentar o cruzamento de duas crises. Por um lado, grandes seções do “Ocidente” estão a passar por uma crise de democracia liberal; por outro, as crises ambientais tornam-se cada vez mais um intenso fenómeno global, estando as alterações climáticas no centro dos debates públicos.

Quando se observa a prática dos governos populistas de extrema-direita do século XXI, em matéria ambiental, notam-se duas tendências diferentes. Por um lado, é possível denotar um viés negacionista no que concerne às políticas ambientais, rejeitando a sua promoção e criando obstáculos para com a sua implementação. Robert Huber (2020) explica que esta abordagem é decorrente de um sentimento de falta de representação em indivíduos com atitudes populistas relativamente às temáticas ambientais. Dessa forma, levando em conta sua posição antielitista e anti institucional, costumam rejeitar também as políticas climáticas e organizações ambientais. O que ocorre é que as elites negociam tratados internacionais visando a conscientização sobre as mudanças climáticas, mas, como o público é amplamente excluído desses debates, os populistas transformam a ação climática numa causa das elites, sem verdadeiro interesse para os cidadãos comuns, que possuem outras preocupações. E desta feita, a rejeição das preocupações ambientais torna-se ela mesma numa forma de rejeição das elites e de luta contra o seu *status quo*.

Considerando o populismo como uma possível explicação para as diferentes tomadas de posição em relação à proteção climática, estas podem ser interpretadas como um ato contra as elites. Como concluiu Robert Huber (2020), “indivíduos que exibem atitudes populistas, percebem uma falta de representação nestas áreas temáticas e, portanto, devido à sua

posição antielitista, rejeitam as políticas climáticas e ambientais” por estarem claramente no centro das preocupações da política *mainstream*.

O mesmo autor prossegue afirmando que existem também fatores políticos que superam as variáveis sociodemográficas na explicação de posições sobre as alterações climáticas: as elites negociam tratados internacionais na esperança de aumentar a conscientização sobre as alterações climáticas, mas, como o público é excluído, isto faz com que os populistas transforme a ação climática numa luta contra o elitismo, manipulando o apoio público contra a proteção ambiental (Huber 2020: 18).

Por outro lado, há também a possibilidade de utilização de estratégias populistas pela extrema-direita para incentivar políticas ambientais, de uma forma atrelada à defesa do meio ambiente, tal como no ecofascismo de outrora. A opinião pública parece ser um bom motivador para tanto governos como empresas prosseguirem com o desenvolvimento de inovações ambientais. A reputação corporativa, por exemplo, está cada vez mais associada ao desempenho composto pela combinação de resultados económicos e ambientais, sendo cada vez mais difícil não incorporar uma agenda de preocupações ambientais nas estratégias empresariais, organizacionais, e também, claro está, de governação. Dito de outro modo, chega a ser contraproducente afrontar aquela que é hoje uma das mais consensuais preocupações dos cidadãos e neste sentido, a aposta no negacionismo das alterações climáticas e da degradação ambiental pode acabar por ter custos elevados.

Com o aumento da conscientização ambiental por parte das opiniões públicas, o comportamento ambiental das empresas e dos governos ganhou outra atenção: ao adotarem práticas sustentáveis, contribuem significativamente para melhorar a sua reputação pública. No caso em concreto dos governos de extrema-direita, a necessidade de manterem sua base de apoio e de recrutarem um maior número de novos apoiantes visando a continuidade do poder pode ajudar a explicar a aceitação de uma estratégia

de comunicação pró-ambientalista, articulada com o imaginário nacionalista que enaltece a terra mãe, a natureza do território nacional.

É seguindo a ideia de essa natureza não ser corrompida pelo fenômeno da globalização, pelo desconhecido, pelo que vem de fora, pelo diferente, pelo refugiado, pelo imigrante, por outras raças e religiões, que se justifica a proteção da natureza que o território nacional alberga. E é sob esta ótica que devemos analisar a abordagem da causa ambiental pela extrema-direita.

4.1 O negacionismo ambiental nos governos de extrema-direita: natureza vs. neoliberalismo

A maior parte dos atores da extrema-direita parece ser, de uma forma ou de outra, cética quando se trata de alterações climáticas. Este ceticismo climático é frequentemente encontrado em atores simultaneamente defensores do livre mercado e nacionalistas, já que, afinal, a proteção do meio ambiente pode representar uma ameaça ao livre mercado, às liberdades individuais e à soberania nacional devido ao aumento de regulamentação (inter)governamental por causa de matérias ambientais (Forchtner 2018: 590). O vice-presidente do governo de Jair Bolsonaro, ao comentar a questão das alterações climáticas e as críticas ao governo brasileiro neste quesito, reforça que “há uma crítica política embutida nisso” e também que “há a questão econômica”, que procura sempre “uma barreira em relação à agricultura em expansão” no Brasil.¹²

Em 2018, Lockwood explorou a relação entre a extrema-direita e o ceticismo climático ao elaborar uma tipologia tripla, baseando-se em: interesses (a importância da indústria de combustíveis fósseis), estrutural (a globalização neoliberal criou os eleitores “deixados para trás” por se senti-

¹² Agência Lusa (2021), “Bolsonaro não comparece na primeira cimeira do clima porque todos ‘lhe atirariam pedras’”, disponível em: <https://www.dnoticias.pt/2021/10/29/283046-bolsonaro-nao-comparece-na-cimeira-do-clima-porque-todos-lhe-atirariam-pedras/#> (acessado em 20 de julho de 2022).

rem mais afetados pelas políticas climáticas) e/ou ideológica (sendo o paradigma cosmopolita rejeitado, as alterações climáticas também o são) (Forchtner 2018: 592).

Uma outra relação chave diz respeito à suposta oposição da esquerda à liberdade individual e coletiva. A preocupação com a primeira está relacionada com as cobranças para aplicação de ações climáticas de forma compulsória. É identificado um medo de que a “elite” controle os indivíduos e restrinja o seu estilo de vida, referindo-se até mesmo à possível emergência de uma eco-ditadura, o caráter totalitário do “ecologismo” e uma economia planificada¹³. Neste sentido, a ideia de soberania nacional e de liberdade individual torna-se central, expandindo uma noção coletiva de (des)liberdade (Forchtner 2018: 592).

4.2 A defesa do meio ambiente como estratégia política: uma apropriação do discurso progressista

Como já estabelecemos anteriormente, o meio ambiente não tem sido uma pauta exclusiva da esquerda ao longo da história. O ecofascismo, difundido na Alemanha do século XX, foi parte essencial na implementação de medidas nacionalistas e na angariação de novos adeptos do nazismo. Sob o pretexto de proteger a natureza da nação contra a ameaça estrangeira e as raças “não puras”, o ecofascismo nos mostrou pela primeira vez como a causa ambiental pode ser distorcida em favor dos ideais nacionalista da extrema-direita.

Se já entendemos, portanto, que o fascismo nunca deixou de existir e apenas adquiriu novas formas de exercer influência política na sociedade

¹³ A pandemia de coronavírus, que teve seu auge entre os anos de 2020 e 2021 (mas que no momento da finalização desta dissertação ainda oferece grandes riscos à humanidade), trouxe à tona mais intensamente o movimento anti-vacina, ligado maioritariamente a partidos, políticos e movimentos de extrema-direita. O argumento mantém-se o mesmo que é defendido aquando de qualquer campanha de vacinação: cada cidadão deve ter o direito de escolher o que fazer com seu corpo e as liberdades devem ser respeitadas (curiosamente, o mesmo raciocínio não se aplica à mulher quando o debate em questão é o aborto, passando a imagem de que a extrema-direita não tem a saúde pública como prioridade no seu projeto de governo). O discurso da extrema-direita levantou, inclusive, o debate sobre a possibilidade de o “comunismo” aproveitar a oportunidade para implantar “chips” nos indivíduos, de forma a obter controle sobre a população.

pós-guerra, através da extrema-direita populista, e tendo sido o ecofascismo uma ferramenta comprovada de sucesso na perpetuação da ideologia nacionalista, por que nos surpreenderia saber que tais governos populistas de extrema-direita se apropriam da causa ambiental para expandir seu alcance?

Debates recentes sobre os impactos ambientais da imigração trouxeram à tona importantes questões sobre o relacionamento entre a natureza – normalmente uma preocupação reservada aos progressistas – e as políticas de exclusão social. Nas palavras de John Hultgren (2015):

(...) a localização da natureza à esquerda do espectro político é reforçada pela sua função perceptível como contratela do neoliberalismo. A natureza proporciona uma sensação de lugar entre as deslocamentos do capital, um espaço de lazer à medida que aumentam as exigências do trabalho, um sentido de tradição como muitos anseiam por tempos mais simples, e um símbolo de pureza num período em que aparentemente pouco é sagrado e tudo é comoditizado. A natureza é amplamente vista como existindo fora, ou mesmo em contraste com a política económica neoliberal; ela representa tanto uma fuga do capitalismo como um baluarte progressivo contra o seu avanço. Esta natureza que ocupa agora um espaço à esquerda dos imaginários políticos americanos tem deixado muitos observadores perplexos e a lutar para dar sentido à forma como os ambientalistas poderiam possivelmente apoiar a política anti-imigração. Não surpreendentemente, a solução para este aparente quebra-cabeças tem sido afirmar que aqueles que avançam nesta lógica não podem ser considerados verdadeiros ambientalistas.

Considerando a associação comum da causa ambiental com a esquerda, a abordagem do meio ambiente pela extrema-direita não deixa de ser vista com certa surpresa. No entanto, a natureza tem desempenhado

um papel importante no pensamento político da extrema-direita e dos nacionalistas, relacionando o significado da “pátria” como cenário para reprodução do “povo” com certos elementos da paisagem natural. De fato, é porque a “política da natureza é ao mesmo tempo política de identidade” (Olsen 1999: 29) que a comunicação ambiental da extrema-direita merece nossa atenção (Forchtner 2020: 16-17).

Esta discussão é pertinente atualmente porque estamos nos deparando com duas crises diferentes, mas que se conectam: a crise da democracia liberal, com o crescimento de partidos de extrema-direita, ilustrados por partidos europeus, pelo Brexit, pela eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro no Brasil. Por outro lado, a causa ambiental tornou-se um fenômeno global com as alterações climáticas decorrentes da modernização no centro dos debates (Forchtner 2020: 16).

Como vimos, o meio ambiente desempenha um papel essencial no imaginário nacionalista, uma vez que a proteção da natureza equivale a não permitir que a nação seja corrompida pela globalização e pelos Outros. Portanto, a natureza é entendida como um território específico, a nação, a pátria onde “terreno e povo tem exercido uma influência mútua e benéfica ao longo das gerações” (Smith 1991: 9). Neste sentido, a natureza se torna simbólica, criando um link entre passado, presente e futuro (Forchtner 2020: 17-18).

A preocupação da extrema-direita com “intrusos” reflete “uma suposta ameaça de espécies estrangeiras por um lado, e, por outro, uma notória ameaça de raças e culturas estrangeiras à população nativa dos países” (Olwig 2003: 61; Forchtner 2020; 18). Aqui fica claro que a essência do ecofascismo é ainda extremamente presente nas pautas e discursos de extrema-direita. Neste contexto, o apelo ao ambientalismo está relacionado com sua habilidade de “funcionar como um dispositivo de criação e preservação de identidade...o ambientalismo tem tanto a ver com proteger um pedaço de nós mesmos, um sentido da nossa identidade, como com proteger as nossas florestas, rios e córregos” (Olsen 1999: 5; Mix 2019: 144).

A percepção de que a causa ambiental é um tema presente tanto no pensamento da esquerda quanto da direita permite que as reivindicações sejam adaptadas de acordo com os interesses específicos das diferentes audiências (Mix 2019: 154). Isto permite que o discurso da extrema-direita consiga, através da apropriação do ambientalismo, atingir não só indivíduos de centro e indecisos, como parte da própria esquerda. O discurso racista, em oposição ao apelo à direita, não está presente na discussão, exceto algumas menções ao eleitorado branco envolvido no movimento ambientalista como um ponto de conexão com o separatismo branco, como é o caso, por exemplo, dos EUA (Mix 2019: 158).

CAPÍTULO 5 – O neofascismo e a agenda ambiental no Brasil e na Hungria

Neste capítulo, procurar-se-á demonstrar como os governos de Bolsonaro e Orbán se enquadram no conceito fascista e efetivamente abordam a causa ambiental e as mudanças climáticas nas suas agendas de governo. A identidade metodológica da análise desenvolvida é qualitativa, pelo fato de assentar numa abordagem essencialmente interpretativa dos dados coletados (Braun e Clarke 2013: 13-14).

A metodologia qualitativa tem na sua raiz a ideia de que não existe uma única versão correta da realidade ou do conhecimento, mas sim múltiplas versões da realidade – mesmo para uma mesma pessoa – que estão intimamente conectadas ao contexto em que a realidade ocorre (Braun e Clarke 2013: 4) e apenas absorvíveis, digamos, se lhes dermos espaço de se expressarem nos seus próprios termos, ainda que sejam eles também sujeitos à interpretação do investigador segundo as categorizações que tenha adotado.

Bowen menciona que a pesquisa qualitativa requer técnicas robustas de coleta de dados e documentação procedimental, de forma que informações detalhadas sobre como o estudo foi elaborado e conduzido sejam fornecidas no relatório de pesquisa (Bowen 2019: 29).

No que concerne à recolha de dados, este trabalho recorreu principalmente à observação documental de fontes secundárias, como livros e artigos científicos, e primárias, quando também se utiliza de notícias e discursos na construção da sua base de pesquisa. Documentos organizacionais e institucionais têm sido essenciais para a pesquisa qualitativa há muitos anos, tendo sido notado um aumento no número de pesquisas e artigos de notícias que mencionam a análise documental como parte da metodologia, particularmente aplicável a estudos de caso qualitativos (Bowen 2019: 27-29).

Merriam (1988: 118) enfatiza que “documentos de todos os tipos podem ajudar o pesquisador a encontrar significado, desenvolver compreensão e descobrir insights relevantes para a pergunta da investigação”. Bowen explica que a análise de documentos é de enorme valor na pesquisa de estudo de caso, assim como em sua utilidade como método autônomo utilizado em formas especializadas de pesquisa qualitativa (Bowen 2019: 29).

Conforme previamente introduzido, este trabalho visa verificar como os governos de Bolsonaro e Orbán incluem – ou negligenciam – a questão das mudanças climáticas em suas agendas de governo, sendo necessária, portanto, uma análise detalhada particular do mandato de cada um dos líderes políticos. Neste sentido, o método de estudo de caso é também considerado essencial no desenvolvimento desta pesquisa.

George e Benett (2005: 5, 17) definem um caso como sendo “uma instância de uma classe de eventos” e estudo de caso como “a análise detalhada de um aspecto de um episódio histórico para desenvolver ou testar explicações históricas que talvez sejam generalizáveis a outros eventos”. Levy (2008: 3-4) explica que os estudos de caso *ideográfico* consistem na tipologia básica, a qual visa descrever, explicar, entender e/ou interpretar um determinado “caso”. Os casos *ideográficos* categorizam-se em indutivos ou teóricos; *geradores de hipóteses*; *teste de hipóteses*, que combinam as categorias de *confirmação de teoria* e de *informação de teoria* de Lijphart (1971: 691); e *sondas de plausibilidade*, que consistem numa etapa intermediária entre a geração de hipóteses e o teste de hipóteses e que incluem estudos de caso “ilustrativos”. Levy esclarece que, na prática, os estudos de caso geralmente combinam vários desses objetivos (Levy 2008: 3).

Este trabalho é desenvolvido no espectro dos estudos de caso guiados pela teoria (*theory-guided case studies*), de forma que, diferentemente dos estudos de caso indutivos, que são essencialmente baseados numa descrição pura e simples dos fatos sem influências teóricas, a observação e aná-

lise dos governos brasileiro e húngaro desenvolvidas no âmbito desta dissertação transitam essencialmente pelo que chamaremos de uma teoria crítica ambiental, ao buscar relacionar a ameaça ao meio ambiente com a ameaça à democracia e demonstrar que o discurso capitalista neoliberal está fortemente relacionado com a ascensão da extrema-direita e com a defesa do desenvolvimento económico em detrimento da natureza (Levy 2008: 4).

Assim, tomando como referência o trabalho de Andrew Dobson (1993), elegemos dentre as três categorias teóricas ambientalistas as quais ele refere, aquela que está enraizada no argumento de “que o mundo natural – naturalmente ‘invisível’ para a teoria política – afeta e é afetado por decisões políticas, de forma que se torna necessário considerá-lo como um local de atividade política”.

A proposta teórica que apresentamos se intitula como crítica ambiental porque, como já afirmado, esta pesquisa procura analisar como a política praticada pelos governos populistas de extrema-direita brasileiro e húngaro, especificamente no contexto inserido entre os anos de 2018 e 2021, constitui, ainda que não necessariamente pelas mesmas razões, um risco sério à implementação de ações climáticas, as quais, cada vez mais, têm estado no cerne das discussões políticas e das relações internacionais, exercendo influência significativa nos governos ao redor do mundo e sendo igualmente afetadas pelo negacionismo, pela negligência e pelo avanço do neoliberalismo.

5.1 O caso do Brasil: o populismo de Bolsonaro

“Bolsonaro é um dos populistas mais próximos do fascismo que já vi”¹⁴, disse Finchelstein, ao lançar sua obra *Do Fascismo ao Populismo na*

¹⁴ Finchelstein, F. (2019), “Bolsonaro é um dos populistas mais próximos do fascismo que já vi”, Por Antônio Pita, El País, https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/cultura/1561664077_032428.html (acessado em 12 de abril de 2022).

História, seis meses após o presidente brasileiro tomar posse como consequência de uma vitória contra seu opositor Fernando Haddad, configurando a vontade de 57,8% dos eleitores do Brasil.¹⁵

Muito tem-se comentado sobre as características populistas de Jair Bolsonaro, de forma a colocar seus artifícios políticos em uma posição que carece de boa-fé e os quais ousam afrontar as regras do jogo democrático. Müller explica que os populistas se diferem dos demais atores políticos quando afirmam que são os únicos que representam, de fato, o “verdadeiro povo”, (o que entendemos como característica também própria da ideologia fascista e da sua predileção pela ideia de líderes superiores). Neste cenário, surge uma relação amistosa com o autoritarismo, na qual são opostos este “verdadeiro povo” e os outros, imorais e impuros, que preferem o caos e a desordem (Müller 2016: 23).

A agenda anunciada por Bolsonaro durante sua campanha presidencial, era voltada para uma economia liberal, de privatização das empresas estatais e redução de impostos. Suas ideias apresentaram-se como explicitamente conservadoras e, em termos de governabilidade, deixou claro que não negociaria “uma vírgula” com parlamentares dos partidos de esquerda, pois, segundo ele, “quem reza nessa cartilha da esquerda não merece conviver com os bens da democracia e os bens do capitalismo”.¹⁶

Chantal Mouffe já havia alertado sobre o crescente sucesso de partidos populistas de direita que fingem oferecer uma alternativa que devolve ao povo a voz confiscada pelas elites do sistema (Mouffe 2018: 10). O presidente brasileiro enquadra-se precisamente neste figurino, ao surgir como um líder capaz de restaurar a fé dos concidadãos desiludidos. Mas

¹⁵ Mazui, G. (2018), *Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT*, G1, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml> (acessado em 15 de novembro de 2021).

¹⁶ Boldrini, A. (2018), *Jair Bolsonaro se filia ao PSL para disputar Planalto*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/jair-bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-o-planalto.shtml> (acessado em 15 de novembro de 2021).

não de todos os desiludidos, entenda-se, outrossim com aqueles que o presidente considera como verdadeiros cidadãos de bem. Com seu discurso, Bolsonaro angariou não simples simpatizantes, mas seguidores fervorosos ao deixar claro que, quem o acompanhasse, seria parte desse grupo de cidadãos moralmente superiores, gente de bem, que não se confunde com as minorias e suas exigências ruinosas para a democracia. Com esse posicionamento, Bolsonaro legitimou discursos racistas, machistas, homofóbicos, de intolerância religiosa e cultural. Nas palavras do próprio presidente, “as minorias têm que se curvar às maiorias”.¹⁷

Após treze anos com a esquerda no poder, sob o governo dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff¹⁸, existe a tese de que o impeachment de Dilma foi na verdade um ato político forçado com o intuito de devolver poder e notoriedade às elites económicas do país, seguramente mais constrangidas no contexto de uma governação ideologicamente menos favorável, e com forte aposta nas respostas sociais (em especial no governo de Lula). Mas não estamos certos da firmeza dessa tentativa de explicação, pois na verdade não houve um confronto ideológico entre estes governos e as elites do país que, ainda que descontentes com diversas opções de governação, estiveram longe de serem hostilizadas. Afinal de contas, os governos de Lula e de Dilma foram governos em contexto democrático e não governos revolucionários nem de ‘populismo guevarista’ apostados na perseguição das elites e do capital, na verdade, o contrário. Com Lula, o Brasil chegou ao posto de 6ª maior economia do mundo, ultrapassando, inclusive, o Reino Unido. A revista de notoriedade mundial *The Economist*, publicou uma edição em 2009 cuja capa constitui numa imagem do Cristo Redentor

¹⁷ Sapó (2018), ‘A minoria tem que se curvar à maioria’: as declarações polémicas de Bolsonaro, o candidato de extrema-direita à presidência do Brasil.”, disponível em: <https://rr.sapo.pt/2018/09/07/actualidade/aminoria-tem-que-se-curvar-a-maioria-as-declaracoes-polemicas-de-bolsonaro-o-candidato-de-extrema-direita-apresidencia-do-brasil/video/182> (acessado em 16 de novembro de 2021).

¹⁸ Também os governos de Lula e de Dilma poderão ser vistos como populistas, sobretudo se vistos de um ângulo de análise europeu. Na verdade, o populismo acaba por ser uma característica quase que historicamente inerente ao exercício do poder na América Latina. A sua complexidade, porém, implica uma distinção entre os populismos de extrema direita ligados às ditaduras pró-fascistas, às concepções peronistas de relação com o povo; os populismos revolucionários de esquerda na linha, por exemplo, de Hugo Chávez; e os populismos essencialmente como um exercício do poder em contexto democrático que explora, todavia, a figura das lideranças populares (o que é mais fácil de acontecer em regimes presidencialistas) e uma certa retórica demagógica na condução do diálogo com os cidadãos. Implica, ressaltar, portanto, que o populismo latino-americano não será incluído no escopo desta investigação, tendo em vista a sua peculiaridade e consequente necessidade de abordagem específica que entendemos não ser relevante para o presente estudo de caso.

a decolar como um foguete: “Brazil Takes Off” (Brasil decola), referindo-se ao Brasil como a maior história de sucesso da América Latina¹⁹.

Uma coisa, porém, parece clara, a impugnação (impeachment) de Dilma acabou por ser a oportunidade perfeita pela qual o populismo de extrema-direita aguardava e que lhe permitiu explorar o filão do crescente desencanto dos brasileiros (em especial de classe média), fosse com o seu sistema político, com a justiça, o funcionamento das políticas públicas, os fenómenos da insegurança, da corrupção, fosse com o comportamento da economia brasileira já nos anos mais complicados de Dilma²⁰. E assim propiciando o cenário perfeito para o crescimento do fenómeno Bolsonaro (Daly 2019: 2).

Por muito tempo considerado uma figura marginalizada na política brasileira, com uma longa carreira no Congresso, a partir de 2016 Bolsonaro tornou-se inesperadamente a estrela política de mais rápida ascensão do Brasil e um dos políticos mais populares do país. Começou a ficar atrás apenas de Lula nas pesquisas de intenção de voto que precederam às eleições presidenciais de 2018, porém ainda com menos da metade de apoio em comparação ao ex-presidente de esquerda. A saída de Lula da corrida presidencial reforçou, entretanto, as chances de Bolsonaro de ganhar a eleição (Daly 2019: 18).

O atual presidente brasileiro ficou conhecido por “falar abertamente”²¹, e apresentar-se como um *outsider*, capaz de reformar um sistema

¹⁹ The Economist, “Brazil Takes Off”, disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off> (acessado em 18 de outubro de 2022).

²⁰ Lula deixou a presidência em dezembro de 2010, com uma taxa média de desemprego de 6,7% (Lula assumiu o cargo em janeiro de 2003, ano em que a taxa média de desemprego chegou aos 12,3%). Dilma, sua sucessora, assumiu a presidência em janeiro de 2011, ano em que o Brasil se tornaria a 6ª maior economia do mundo, superando inclusive o Reino Unido. Dilma conseguiu fechar seu primeiro mandato, em 2014, com uma taxa média de desemprego histórica de 4,8%. A partir de 2015, início do seu segundo mandato, a taxa de desemprego no Brasil disparou a subir, de forma que a taxa média de 2016, ano em que Dilma sofreu impeachment e deixou o cargo (agosto de 2016), atingiu os 12%. Estes dados conseguem ilustrar brevemente que, a partir de 2015, a economia brasileira começou a entrar em declínio e a população passou a demonstrar intenso descontentamento com a gestão federal, o que, sem dúvida, contribuiu para que seu impeachment tivesse grande apoio popular, abrindo espaço para a retomada de poder da direita e para a consequente implementação de um governo populista, através da figura de um líder (Bolsonaro) que prometia salvar o Brasil.

²¹ O ‘falar abertamente’ está, na verdade, em linha com a denúncia do politicamente correto, muito em voga na retórica do populismo de extrema-direita. Por via dessa ‘denúncia’, critica o que considera ser o discurso de submissão da política do *mainstream* à ditadura das minorias. Em paralelo, o ‘falar abertamente’, ou o ‘dizer as verdades’, são eufemismos que o populismo de extrema-direita usa para fazer passar os seus discursos racistas, homofóbicos, xenófobos e misóginos.

político corrupto e elitista (discurso tipicamente populista), sendo frequentemente comparado a Donald Trump. Admirador explícito do militarismo, em diversas oportunidades, mencionou seu apreço pelo período ditatorial (que não chega, todavia, a reconhecer como tendo sido ditadura, uma vez que procura sempre relacionar o perigo do autoritarismo e da censura a governos de esquerda, “comunistas”) e a tortura no Brasil entre 1964 e 1985 (Daly 2019: 16). Como vice-presidente da sua chapa, o escolhido foi o General Hamilton Mourão do Exército Brasileiro. Como ministro da Casa Civil e para a Secretaria do Governo, outros dois generais. Para o Ministério da Infraestrutura, para o da Ciência e Tecnologia e para a Controladoria Geral da União, mais três militares da reserva.²² Neste sentido, Bolsonaro apresenta-se como uma figura ainda mais antidemocrática do que Trump ou mesmo do que Nicolas Maduro que se posiciona no lado esquerdo do espectro populista (Daly 2019: 19).

A comunicação do presidente brasileiro com seus apoiantes é baseada fundamentalmente em discursos nacionalistas. Em uma passagem pelo Rio de Janeiro, quando participou da formatura de oficiais da Marinha, Bolsonaro declarou que o governo brasileiro está mudando e que hoje valoriza a família, honra os militares, respeita o povo e adora a Deus.²³ Defensor implacável da família tradicional patriarcal, Bolsonaro já alertou o povo brasileiro que se quiser mudar esta concepção, deverá propor uma emenda não só à Constituição, mas também à Bíblia, o que, enfatizou ironicamente, não é possível.²⁴ Bolsonaro vangloria-se de ser um presidente que valoriza a família e respeita a inocência das crianças nas salas de aula, justificando seu combate ao que considera de endoutrinação marxista e de ideologias de gênero.

²² Grillo, M. (2020), *Ao lado de quatro ministros militares, Ramos nega ‘influência política’ do Exército no governo Bolsonaro*, Jornal O Globo, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ao-lado-de-quatro-ministros-militares-ramos-nega-influencia-politica-do-exercito-no-governo-bolsonaro-24447181> (acessado em 17 de maio de 2022)

²³ Almeida, P. (2019), *No Rio, Bolsonaro faz discurso nacionalista e cita Deus, pátria e família*, UOL, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/07/no-rio-bolsonaro-faz-discurso-nacionalista-e-cita-deus-patriaefamilia.htm> (acessado em 9 de outubro de 2022).

²⁴ Pupo, A. e Weterman, D. (2019), *Bolsonaro defende ‘família tradicional’ e chama ‘ideologia de gênero’ de ‘coisa do capeta’*, Estadão, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-defende-familia-tradicional-e-chamaideologia-de-genero-de-coisa-do-capeta.70002962393> (acessado em 25 de maio de 2022)

O presidente extremista (ao tempo da feitura desta dissertação), continua em diversas oportunidades demonstrando uma outra característica do populismo de extrema-direita e que revela também sua raiz fascista: a desconfiança no funcionamento das instituições do Estado de Direito. É claro que o faz mais numa ótica, diríamos, instrumental, sobretudo no recente contexto de campanha eleitoral de 2022, em que várias pesquisas davam como certa a sua derrota logo na primeira volta, o que pode explicar a necessidade que sentiu em criar as condições de contexto para uma eventual sublevação popular contra os resultados eleitorais de setembro de 2022. Mas a desconfiança quanto ao sistema eleitoral vem mais de trás, quando começou a sugerir insistentemente a possibilidade de ter havido fraude nas eleições presidenciais de 2018, da qual saiu vencedor, com o intuito de tentar beneficiar seu adversário.²⁵ Segundo as alegações de Bolsonaro, ele deveria ter sido eleito já no primeiro turno (primeira volta), e não no segundo como ocorreu, pois afirma ter recebido mais votos do que aqueles divulgados oficialmente. Mesmo após ter sido acionado judicialmente, o presidente nunca apresentou nenhuma prova de suas insinuações.^{26 27}

A ideia de conspiração do sistema eleitoral brasileiro para o prejudicar não é a única situação que coloca Bolsonaro na posição de adversário da democracia e do bom funcionamento das instituições democráticas. O atual presidente tece constantes acusações e ameaças anti-institucionalistas ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional, sempre enfatizando possuir o apoio das forças armadas²⁸, e inclusive convocando atos de protesto e reunindo apoiantes nas ruas, a pedir pelo fechamento das

²⁵ Rezende, C., Dolzan, M., Pupo, C. e Júnior, A.S. (2018), *Em vídeo, Bolsonaro ataca PT e pesquisas*, Estadão, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,haddadeleito-daria-indulto-a-lula-diz-bolsonaro,7000250505> (acessado em 25 de maio de 2022).

²⁶ Teixeira, M. (2020), *Um mês após acusações, Bolsonaro não apresenta nenhuma prova de fraude nas eleições*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/um-mes-aposacusacao-bolsonaro-nao-apresenta-nenhuma-suposta-prova-de-fraude-nas-eleicoes.shtml> (acessado em; 25 de maio de 2022).

²⁷ No momento em que finalizo esta dissertação, as eleições presidenciais brasileiras de 2022 estão a ocorrer. Bolsonaro continua apostando nas mesmas estratégias de deslegitimação do sistema eleitoral e ataques aos tribunais superiores, os quais têm trabalhado ativamente no combate às *fake news*, arma essencial à extrema-direita para a disseminação de ideais nacionalistas.

²⁸ Folha de S. Paulo (2020), “Bolsonaro volta a apoiar ato contra STF e Congresso e diz que forças armadas estão do ‘do lado do povo’”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/ato-pro-bolsonaro-em-brasilia-tem-carreata-e-xingamentos-amoro-stf-e-congresso.shtml> (acessado em 25 de maio de 2022).

instituições, insinuando uma postura corrupta por parte de ministros, deputados e senadores que, segundo ele, visam sabotar o seu governo.²⁹

Uma das características de Bolsonaro que o aproxima do espectro fascista é a sua proximidade com governos autoritários (incluindo o de Viktor Orbán) e admiração por ditadores e torturadores responsáveis por grandes massacres históricos. O presidente brasileiro já elogiou abertamente, por exemplo, Pinochet³⁰ e Alfredo Stroessner³¹, além de homenagear mais de uma vez o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos principais símbolos da repressão durante a ditadura militar brasileira, condenado por tortura e sequestro, mas que Bolsonaro considera “herói nacional”. O presidente chegou a receber a viúva do torturador no Palácio do Planalto e a descreveu como uma pessoa “de coração enorme”.³²

Mas não para por aí. Bolsonaro também não esconde seu apreço e admiração pela Alemanha nazista, tendo se encontrado, inclusive, com a deputada da extrema-direita alemã Beatrix von Storch, também no Palácio do Planalto. Beatrix e seu partido, AfD, defendem abertamente o nazismo, o que não chega a causar surpresa, tendo em vista que o avô da deputada foi ministro das finanças de Hitler por 12 anos e condenado no tribunal de Nuremberg a 10 anos de prisão por crimes de guerra. Não é também a primeira vez que AfD interage com Bolsonaro. Em 2018, a bancada do partido no parlamento alemão parabenizou Bolsonaro pela vitória na eleição, afirmando que o presidente brasileiro “é um conservador franco que vem trabalhando para combater a corrupção de esquerda e restaurar a segurança e

²⁹ Vasconcellos, J. e Soares, I. (2020), *Bolsonaro dispara vídeo convocando para ato contra o Congresso e o STF*, Correio Braziliense, disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/25/interna_politica.830444/bolsonarodispara-video-convocando-para-ato-contra-o-congresso-e-o-stf.shtml (acessado em 25 de maio de 2022).

³⁰ DN/Lusa (2019), “Bolsonaro elogia ditadura de Pinochet em ataque a alta-comissária da ONU”, disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-ataca-alta-comissaria-da-onu-e-elogia-ditadura-de-pinochet-11267924.html> (acessado em 10 de outubro de 2022).

³¹ Carneri, S. (2019), *Bolsonaro elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público*, El País, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499_127441.html (acessado em 10 de outubro de 2022).

³² Fernandes, T. (2019), *Bolsonaro volta a chamar Ustra de “herói nacional” e recebe viúva no Planalto*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-volta-a-chamar-ustra-de-heroi-nacional-e-recebe-viuva-no-planalto.shtml> (acessado em 11 de outubro de 2022).

prosperidade para o seu povo. Como ocorre com a AfD, ele foi inimizado por todos os lados por ser um outsider que desafiou o sistema.”³³

Este comportamento de Bolsonaro, apesar de já considerarmos previsível tendo em vista o espectro político no qual ele está inserido, pode surpreender alguns de seus apoiantes, pois um de seus principais trunfos eleitorais resume-se justamente às duras críticas aos seus opositores de esquerda, comparando a ascensão dos candidatos do PT à ameaça de que o Brasil viraria uma ditadura “como a Venezuela” de Nicolás Maduro, tal como faziam os governos fascistas de outrora, cujo discurso nacionalista era em grande parte baseado no combate ao “mal” comunista.³⁴ Na linha nacionalista, o posicionamento de Bolsonaro já se mostrou muitas vezes também anti-imigratório. O governo brasileiro oficializou sua saída do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular da ONU imediatamente após a tomada de posse de Bolsonaro. O Brasil havia aderido ao acordo no mês anterior, quando ainda estava sob a liderança do presidente Michel Temer. O documento encaminhado à ONU pelo governo Bolsonaro deixou claro que o Brasil não deverá “participar de qualquer atividade relacionada ao pacto ou à sua implementação”. O fato do presidente brasileiro ter tomado essa medida imediata ao assumir o cargo foi um aceno aos brasileiros e à comunidade internacional de que o país não tem interesse em facilitar o acolhimento de imigrantes.³⁵ Nas próprias palavras do presidente:

O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e

³³ Dos Santos, G. (2021), “Bolsonaro se encontra com deputada nazista alemã”, A Nova Democracia, disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/16229-bolsonaro-se-encontra-com-deputada-nazista-alema> (acessado em 11 de outubro de 2022).

³⁴ Band (2020), “Confiante em vitória no 1º turno, Bolsonaro compara PT à Venezuela”, disponível em: <https://www.band.uol.com.br/eleicoes/noticias/confiante-em-vitoria-no-1o-turno-bolsonaro-compara-pt-a-venezuela-16306591> (acessado em 11 de outubro de 2022).

³⁵ BBC News (2019), “BBC News: em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU”, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/08/em-comunicado-a-diplomatas-governo-bolsonaro-confirma-saida-de-pacto-de-migracao-da-onu.ghtml> (acessado em 12 de outubro de 2022).

costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO.³⁶

Em visita à Índia e recebido pelo primeiro-ministro nacionalista de extrema-direita Narendra Modi, conhecido por suas políticas intolerantes contra as minorias e por ser uma ameaça à democracia hindu, Bolsonaro comentou decisão de Donald Trump de deportar brasileiros que viviam ilegalmente nos EUA. O presidente além de falar que respeitava a decisão de Trump de expulsar os cidadãos brasileiros, resolveu comentar a lei de migração brasileira, sancionada em 2017:

A nossa lei de migração é uma vergonha, fui o único a votar contra e fui muito criticado pela imprensa. Eles chegam no Brasil com mais direito do que nós. Isso não pode acontecer, porque devemos preservar o nosso país. Se abrir as portas como está previsto na lei de migração, o país pode receber um fluxo de pessoas muito grande e com muitos direitos".³⁷

Dois anos depois, em visita a Washington, Bolsonaro viria a apoiar Trump a construir o seu tão criticado muro na fronteira com México. Segundo o nacionalista brasileiro, a maioria dos imigrantes não tem boas intenções. Curioso é notar, no entanto, que esta declaração de Bolsonaro ocorreu no mesmo dia em que o governo brasileiro dispensou a necessidade de visto para cidadãos dos EUA, Austrália, Canadá e Japão, num claro

³⁶ Bolsonaro J. (2019), Twitter, 9 de junho, disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1082924268361519104> (acessado em 13 de outubro de 2022).

³⁷ Senra, R. (2020), *Na Índia, Bolsonaro diz que, no Brasil, imigrantes têm 'mais direito que nós'*, BBC News Brasil, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51250357> (acessado em 15 de outubro de 2022).

aceno de que os únicos imigrantes que não bem-vindos no Brasil são aqueles provenientes do Sul Global, enquanto países tidos como de primeiro mundo podem entrar sem pedir licença.³⁸

Este posicionamento faz transparecer que o nacionalismo funciona como o oxigênio do governo Bolsonaro: as armas utilizadas pelo presidente para se manter no poder possuem raízes concretas no discurso populista do Nós vs. o Outro. O Outro, neste caso, aparece muito abertamente na figura do comunismo, ligado a partidos e políticos de esquerda – mesmo que estes nada se aproximem, em suas essências e pautas, da sociedade sem classes de Karl Marx. Mas o Outro é também o imigrante, os não-brancos, os LGBTQIA+, os não-cristãos, os pobres.

Bolsonaro definiu que o Nós, a elite empresarial, branca, cristã, heterossexual e a figura paterna do patriarcado, mas, principalmente, aqueles que o seguem e protegem a qualquer custo sua figura quase mitológica (de fato, seus apoiantes o chamam de “mito”, enquanto uniformizados com as cores da bandeira do Brasil) são considerados o verdadeiro Povo brasileiro. O Outro, em contrapartida, deve ser combatido.

5.2 Bolsonaro e a agenda ambiental

A compreensão de Bolsonaro como presidente populista de extrema-direita, defensor de políticas econômicas neoliberais, deixa compreender como o seu modelo de governo permite e incentiva ataques sucessivos ao meio ambiente com vista ao favorecimento de interesses econômicos nacionais e internacionais. A realidade brasileira encontra-se sob o comando

³⁸ Resende, S.M. (2019), *Bolsonaro diz que maioria de imigrantes não tem boas intenções e que apoia muro de Trump*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-diz-que-maioria-de-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-e-que-apoia-muro-de-trump.shtml> (acessado em 15 de outubro de 2022).

de um líder que já confirmou ser o que causou maior desconstrução da política de proteção ambiental do Brasil.³⁹

O governo de Bolsonaro tem atuado no incentivo à exploração das áreas ambientalmente protegidas do país, ampliando a permissividade aos infratores e afrouxando veementemente as leis, sucateando órgãos de proteção ambiental. Dentre as principais violações ao meio ambiente, é possível citar a desestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); a transferência do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura; a flexibilização e redução de multas por crimes ambientais; a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), após contestar dados oficiais sobre o desmatamento; a interrupção do bilionário Fundo Amazônia, que financiava centenas de projetos de proteção da Amazônia; a liberação excessiva de agrotóxicos, alguns inclusive proibidos em outros países; a revisão de tributos ambientais aplicados a empresas que causam alto impacto ambiental; e a própria escolha de um ministro do Meio Ambiente que, além de já ter sido condenado por crime ambiental, não considera a temática das alterações climáticas, defendendo os interesses do agronegócio em detrimento dos ambientais.⁴⁰

Ricardo Salles, tal ministro do Meio Ambiente, esteve no comando do ministério no governo Bolsonaro desde o início, em 2019, até meados de 2021 e chegou a sugerir numa reunião ministerial, que o presidente brasileiro aproveitasse que as atenções estavam voltadas para a pandemia de covid-19 “para ir passando a boiada” na área ambiental, referindo-se à alteração de regras de fiscalização. Salles, ainda, é alvo de investigação pelo Supremo Tribunal Federal por supostamente ter atrapalhado as investigações sobre a maior apreensão de madeira da história. O então ministro,

³⁹ Brasil Debate (2020), *As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro*, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/as-26-principais-violacoes-aomeio-ambiente-feitas-por-jair-bolsonaro/> (acessado em 08 de novembro de 2021).

⁴⁰ Idem.

em meio a tantas polêmicas, pediu exoneração do cargo em junho de 2021, o que vamos entender, mais adiante, que coincide com uma aparente mudança de postura de Bolsonaro no que concerne à questão ambiental.⁴¹

Em meio aos incêndios devastadores na Floresta Amazônica, para seguir o exemplo de Trump, o presidente brasileiro também ameaçou deixar o Acordo de Paris, alegando que “se fosse bom, o norte-americano não tinha saído”⁴². Bolsonaro insinuou a suspeita de que os incêndios na Amazônia são causados pelas Organizações Não-Governamentais, corroborando na ocorrência de diversos protestos de ativistas pelo país. Em um contexto em que a parte devastada da floresta pode levar até vinte anos para ser recuperada, a postura de Bolsonaro ensejou o corte de verbas internacionais destinadas à preservação da Amazônia, como, por exemplo, os mais de 70 milhões de euros por parte da Alemanha e Noruega.⁴³

E falar em Amazônia é também falar das reservas indígenas e dos efeitos que o garimpo desenfreado, fruto da não regulamentação e da não fiscalização do governo federal, tem causado. Uma pesquisa realizada pela ONG Mapbiomas apontou que, de 2019 a 2021, durante o governo Bolsonaro, a desflorestação de reservas indígenas na Amazônia brasileira pela mineração aumentou mais de 205%.⁴⁴

Esta, no entanto, não é a única situação em que Bolsonaro se mostra não somente negligente, mas o verdadeiro responsável direto pela violação dos direitos dos indígenas. Em março de 2022, a Organização das Nações Unidas endereçou uma carta às autoridades brasileiras comunicando ao governo sobre o recebimento de alegações “de discriminação sistêmica e

⁴¹ Matoso, F. e Gomes, P.H. (2021), *Cai o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente*, G1, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/bolsonaro-exonera-salles-do-cargo-de-ministro-do-meio-ambiente.ghtml> (acessado em 17 de outubro de 2022).

⁴² Vasconcelos, C.M. (2019), *Bolsonaro admite deixar o acordo de Paris: “Se fosse bom, os EUA não tinham saído”*, TSF Rádio Notícias, disponível em: <https://www.tsf.pt/mundo/bolsonaro-admite-deixar-acordo-de-paris-se-fosse-bom-os-eua-nao-tinham-saido-11229056.html> (acessado em 18 de novembro de 2021)..

⁴³ Mazui, G. (2019), *Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para 'chamar atenção' contra o governo*, G1, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml> (acessado em 18 de novembro de 2021).

⁴⁴Mapbiomas (2019), “O papel das terras indígenas na proteção das florestas”, disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/downloads/Coleccion%206/Fatos_sobre_o_Papel_das_Terras_Ind%C3%ADgenas_18.04.pdf (acessado em 19 de outubro de 2022).

estrutural contra os povos indígenas que tem sido exacerbada devido à pandemia da covid-19.”⁴⁵

Ao justificar o não comparecimento de Bolsonaro na cimeira do clima da ONU (COP26) em 2021, o vice-presidente brasileiro, Hamilton Mourão, disse que Bolsonaro não foi porque ele “sofre uma série de críticas” por partes dos que estavam presentes e porque “a maioria das pessoas que têm consciência ambiental é de esquerda” e o governo brasileiro “é de direita”. Aqui, entendemos que fica claro qual o posicionamento genuíno da extrema-direita brasileira.⁴⁶

É possível perceber que o governo populista de extrema-direita de Bolsonaro, ao desrespeitar efetivamente as regras do jogo democrático e rejeitar as causas defendidas pela parte do povo que não considera legítima, tem causado impactos irreversíveis não só à fauna e flora brasileiras, mas também às reservas indígenas e à população brasileira e mundial como um todo, tendo em vista que a Floresta Amazônica é conhecida por ser o “pulmão do mundo”. Ao colocar os interesses de uma elite privilegiada, detentora do poder empresarial do país, no centro de sua política, Bolsonaro mostra-se capaz de tudo para incentivar o avanço da indústria e do agronegócio, no Brasil. O anti-institucionalismo incorporado no governo populista brasileiro é fator determinante para compreender o que leva Bolsonaro a renegar acordos internacionais, ONGs, órgãos internacionais, autarquias e, inclusive, leis e normas regulamentadoras.

⁴⁵ A pandemia de covid-19, que teve seu auge entre os anos de 2020 e 2021 (mas que continua, ainda em 2022, causando internações e mortes) possui grande relevância na análise do governo Bolsonaro, pois o negacionismo do presidente perante à ameaça concreta do vírus levou à morte de quase 688 mil brasileiros. Bolsonaro recusou ofertas de vacinas, incentivou o uso de remédios sem comprovação científica, desacatou recomendações da OMS e debochou da situação gravíssima que tomou conta da saúde pública no Brasil. A soma de negligências e os frequentes ataques à OMS fizeram com que uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) fosse instaurada pelo Senado Federal com vista a investigar as ações e omissões do governo Bolsonaro ao longo da pandemia. Entendemos, portanto, que, por se tratar de um fato histórico sem precedentes e ainda em contínuo desdobramento, este tema merece ser tratado com a devida atenção e cautela, de forma que optamos por não incluí-lo nesta pesquisa.

⁴⁶ Agência Lusa (2021), “Bolsonaro não comparece na primeira cimeira do clima porque todos ‘lhe atirariam pedras’”, disponível em: <https://www.dnoticias.pt/2021/10/29/283046-bolsonaro-nao-comparece-na-cimeira-do-clima-porque-todos-lhe-atirariam-pedras/#> (acessado em 19 de outubro de 2022).

No entanto, a partir de 2021, pudemos notar o que parece ser uma gradativa mudança no posicionamento de Bolsonaro no que tange às alterações climáticas em comparação com a postura adotada nos seus dois primeiros anos de governo. Em abril, o presidente brasileiro se comprometeu a alcançar, até 2050, a neutralidade zero de emissões de gases de efeito estufa no país, antecipando em dez anos a sinalização anterior, prevista no Acordo de Paris. De acordo com Bolsonaro, “como detentor da maior biodiversidade do planeta e potência agroambiental”, nos últimos 15 anos o Brasil evitou a emissão de mais de 7,8 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera.⁴⁷ No entanto, vale ressaltar que em novembro do mesmo ano, o balanço anual do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registou que o desmatamento da Amazônia atingiu o maior índice dos mesmos últimos 15 anos.⁴⁸

No mesmo discurso, o presidente apontou as iniciativas realizadas pelo Brasil para a preservação do meio ambiente, além de reforçar que para alcançar as metas de desmatamento é preciso, além de medidas de ações e controle, promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia. “Devemos aprimorar a governança da terra, bem como tornar realidade a bioeconomia, valorizando efetivamente a floresta e a biodiversidade. Esse deve ser um esforço que contemple os interesses de todos os brasileiros, inclusive indígenas e comunidades tradicionais”, argumentou.⁴⁹

A mudança de posicionamento coincide com o aumento crescente dos índices de rejeição do governo Bolsonaro no ano de 2021, como mostra

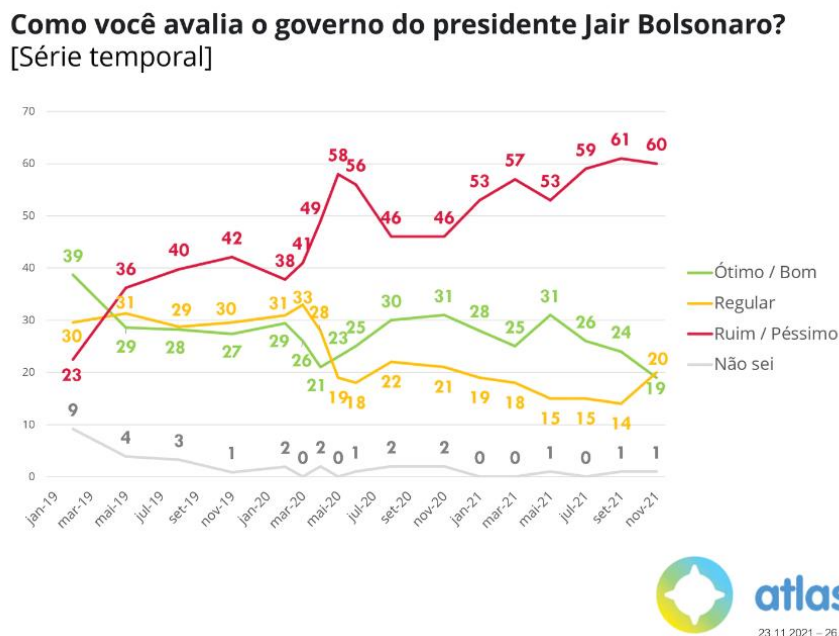
⁴⁷ Verdélio, A. (2021), *Bolsonaro pede fim das emissões de gases de efeito estufa até 2050*, Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/bolsonaro-promete-fim-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-ate-2050> (acessado em 10 de julho de 2022).

⁴⁸ Gortázar, N.G., (2021), *Desmatamento da Amazônia é o maior em 15 anos, e Governo é acusado de esconder dados da COP26*, El País, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-19/desmatamento-na-amazonia-e-o-maior-em-15-anos-e-governo-e-acusado-de-esconder-dados-da-cop26.html> (acessado em 10 de setembro de 2022).

⁴⁹ Verdélio, A. (2021), *Bolsonaro pede fim das emissões de gases de efeito estufa até 2050*, Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/bolsonaro-promete-fim-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-ate-2050> (acessado em 10 de julho de 2022).

gráfico abaixo da pesquisa Atlas, realizada pelo AtlasIntel, e divulgada em novembro de 2021⁵⁰:

Figura 1 – Taxa de rejeição do governo Bolsonaro (2018-2021)



Fonte: AtlasIntel

Os índices de rejeição, naquele momento, mostraram-se importantes para Bolsonaro pois estamos a falar do ano imediatamente anterior às eleições presidenciais em que o presidente está, no momento da finalização desta dissertação, a tentar sua reeleição.

Internacionalmente, Bolsonaro também viu as cobranças aumentarem. Após Biden tomar posse, por exemplo, pondo fim aos dois anos anteriores em que o presidente brasileiro governou seguindo o exemplo Trump e suas medidas contrárias ao combate às alterações climáticas, os Estados Unidos se pronunciaram dizendo esperar ações imediatas e engajamento

⁵⁰ Oliveira, J. (2021), *Aprovação ao Governo Bolsonaro cai para 19%, nível mais baixo desde que chegou ao Planalto*, El País, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-29/aprovacao-a-bolsonaro-cai-para-29-nivel-mais-baixo-desde-o-inicio-do-governo.html> (acessado em 02 de setembro de 2022).

com as populações indígenas e a sociedade civil para que seja possível alcançar resultados tangíveis no combate ao desmatamento ilegal.⁵¹

Bolsonaro, no entanto, apesar de ter começado a acenar para uma mudança na abordagem no quesito das alterações climáticas e combate ao desmatamento ilegal, continua demonstrando um posicionamento controverso que, por vezes, tenta transmitir uma preocupação com a natureza do planeta, até mesmo implementando algumas medidas de combate às alterações climáticas, porém, na maioria das ocasiões, omite dados que denunciam sua política contrária ao meio ambiente e não consegue esconder o seu desdém pela proteção das florestas brasileiras.

Este fato comprova que o populismo nacionalista de Bolsonaro, enraizado nos ideais fascistas da extrema-direita, como já demonstrado neste trabalho, faz com que o seu discurso seja facilmente adaptado aos interesses da sua audiência e às pressões externas.

5.3 O Caso da Hungria: O populismo de Orbán

Viktor Orbán, primeiro-ministro húngaro, lançou a sua carreira política com a fundação do partido Fidesz e, enquanto porta-voz deste, exigiu a retirada das tropas soviéticas da Hungria e a implementação de eleições livres.⁵²

Em 2010, o partido Fidesz – que começou como um grupo de jovens liberais e que se transformou num partido tradicional conservador – sofreu paulatinamente várias reformas internas até conseguir o poder pela primeira vez, em 1998. Os anos seguintes ficaram marcados por uma bipolarização governativa: de um lado, havia o governo de Fidesz, com a sua coligação minoritária do partido dos cristãos-conservadores, à direita, e a

⁵¹ Chiaretti, D. (2021), *Enviado de Biden cobra 'ações imediatas de Bolsonaro sobre o clima*, Valor Econômico, disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/16/enviado-de-biden-cobra-aes-imediatas-de-bolsonaro-sobre-o-clima.ghtml> (acessado em 16 de outubro de 2022).

⁵² Serra, M. (2019), *Quem é Viktor Orbán, o democrata 'iliberal' que desafia a Europa desde 2010?*, TSF Rádio Notícias, disponível em: <https://www.tsf.pt/internacional/quem-e-viktor-orban-o-democrata-iliberal-que-desafia-a-europa-desde-2010-10708029.html> (acessado em 20 de outubro de 2021).

oposição à esquerda do partido socialista e dos democratas livres (Batory 2015).

Houve um crescente aumento da retórica “Nós/Povo vs. Eles/Os Outros” por parte do Fidesz, que ganhou força com os escândalos de corrupção protagonizados pelo partido socialista húngaro e pelas mentiras, admitidas pelo então primeiro-ministro, Ferenc Gyurcsány. Isto levou a um grande número de protestos e demonstrações pacíficas por todo o território que exigiam a demissão de Gyurcsány. Tudo isto contribuiu para que nas eleições de 2010, em plena crise económica, o partido Fidesz conseguisse conquistar o esmagador resultado de dois terços do parlamento, mantendo-se desde então no poder (Batory 2015: 288).

A vitória de Orbán em 2010 foi interpretada como uma “revolução, onde o ‘povo’ finalmente se libertou do jugo da opressão”. São vários os opressores e inimigos do “povo” que foram sendo identificados pelo governo Orbán: os antigos governos socialistas húngaros, a EU, alianças entre inimigos internos e externos ou até os imigrantes. Numa outra campanha de auscultação da vontade geral, o primeiro-ministro húngaro recolheu questionários dos lares familiares para inutilizar a existência da oposição, uma vez que a vontade do povo já tinha sido recolhida e não havia necessidade da intervenção de outros atores políticos, conferindo-lhe legitimação extra (Batory 2015: 289).

Na luta contra as elites, Orbán concentrou toda a sua campanha eleitoral de 2010 na descredibilização sofrida pelos socialistas nos dois mandatos anteriores, acusando-os de incompetência e corrupção, estratégia que observaríamos na campanha de Bolsonaro, 8 anos depois. (Batory 2015: 291). Estes três exemplos referidos anteriormente, a definição de “povo”, a vontade geral e a luta contra as elites são o que Mudde e Kaltwasser (2017: 9) consideram como “os três conceitos-chave do populismo”.

No decorrer do seu governo, a relação próxima de Orbán com outros líderes nacionalistas de extrema-direita tem reforçado o posicionamento político adotado pelo primeiro-ministro. Em uma visita à Casa Branca, em

2019, Orbán foi elogiado por Trump que o parabenizou pelo “excelente trabalho”, rebatendo alegações de que a visita de Orbán a Washington representasse uma espécie de recompensa pelos ataques à democracia liderados pelo primeiro-ministro da Hungria. Trump enxerga Orbán como uma figura respeitada em toda Europa, apesar de talvez “um pouco controverso como ele, mas tudo bem”. Ironicamente, o encontro dos líderes populistas de extrema-direita teve o intuito de reafirmar o compromisso de ambos com o sistema democrático.⁵³

Embora tenhamos optado por não adentrar as especificidades decorrentes da pandemia sem precedentes causada pelo coronavírus, por entendermos que este tema merece atenção própria devido à sua complexidade, não podemos deixar de mencionar o decreto aprovado pelo Parlamento húngaro no auge da pandemia, que concedeu ao primeiro-ministro poderes extraordinários para governar o país devido ao prolongamento do estado de alarme por tempo indeterminado.⁵⁴

A iniciativa de Orbán, aprovada por dois terços do parlamento, foi extremamente criticada por defensores das liberdades civis, que ao longo de mais de 10 anos de governo do primeiro-ministro, têm enfrentado uma série de ameaças aos direitos humanos por parte do líder autoritário de extrema-direita húngaro. Para Orbán, os imigrantes são os grandes culpados pela disseminação do coronavírus e, logo no início da crise sanitária, determinou o fechamento das fronteiras a imigrantes e refugiados.⁵⁵

Os populistas de extrema-direita acreditam que a imigração em massa não é causada pela pobreza nos países em desenvolvimento, mas sim organizada por políticos progressistas nos países desenvolvidos, que o odeiam a sua própria nação ou tentam compensar seu

⁵³ The Guardian (2019), “Trump lauds Hungary’s nationalist PM Orbán for ‘tremendous job’”, disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2019/may/13/trump-lauds-viktor-orban-hungary-prime-minister-white-house> (acessado em 17 de outubro de 2022).

⁵⁴ El País Brasil (2020), “Por coronavírus, Hungria permite que ultradireitista Orbán governe por decreto indefinidamente”, disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-30/lei-aprovada-na-hungria-permite-que-orban-amplie-indefinidamente-o-estado-de-alarme-devido-a-pandemia.html> (acessado em 17 de outubro de 2022).

⁵⁵ France 24 (2020), “Hungary’s Orbán blames foreigners, migration for coronavirus spread”, disponível em: <https://www.france24.com/en/20200313-hungary-s-pm-orban-blames-foreign-students-migration-for-coronavirus-spread> (acessado em 17 de outubro de 2022).

eleitorado perdido – que em parte foi para a extrema-direita populista – “importando” novos eleitores. Nos últimos anos, fortemente pressionado pelo primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, o filantropo judeu húngaro George Soros tem sido visto como o gênio do mal nesta conspiração, refletindo uma versão moderna do infame clássico anti-semita Os Protocolos dos Sábios de Sião. (Mudde 2019: 37)

O populismo de Orbán possui fortes raízes na dicotomia Nós vs. Os Outros, quando o Outro, para Orbán, aparece muito nitidamente - mas não só - como o imigrante e o refugiado. O extremista colocou em vigor na Hungria uma política contrária à imigração muçulmana, levando até mesmo o Papa a apelar a Orbán que tivesse compaixão pelos imigrantes e refugiados de guerras religiosas e situações de pobreza. O líder húngaro faz de seu governo, assim como Bolsonaro, num grande palanque cristão, arrastando grandes massas de fiéis fervorosos a acatar medidas nacionalistas em nome da fé, de Deus e do bem da nação. Estes seguidores, ao tomarem conhecimento da abordagem do Papa, chegaram a chamar maior líder católico do planeta de “anti-Cristo” devido ao seu posicionamento pró-refugiados.⁵⁶

Orbán implementou na Hungria uma nova categoria de cidadãos (Nós) que engloba sucesso económico, valores familiares e devoção religiosa que está em linha com sua visão de uma cultura “nacional-cristã”. (Müller 2016 : 26). No entanto, é interessante observarmos que quando as políticas de Orbán não estão alinhadas com os apelos do pontífice católico e, mais além, quando seus apoiantes se sentem confortáveis a acusar o Papa de ser “anti-Cristo” por não seguirem o que manda o líder húngaro, temos aqui a mais pura representação de um líder populista nacionalista. No populismo, o líder não é somente um representante do Povo, alguém que dê

⁵⁶AFP, Global Times (2021), “President Orban’s anti-Muslim immigration policy”, disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202109/1234025.shtml> (acessado em 20 de outubro de 2022).

voz às necessidades dos seus seguidores. O líder populista é o Povo, funcionando mais do que uma representação, mas como uma personificação dos seus apoiantes. Por isso, aqueles que seguem o líder populista acreditam que suas vozes só poderão ser expressadas pela boca do seu líder – e por mais ninguém (Finchelstein 2017: 16). Percebemos aqui uma espécie de relação de codependência, em que o Povo, o Nós, não sobrevive sem o seu líder.

Para Cas Mudde (2019: 116) com a criação de um judiciário paralelo e partidário, sobrepondo-se ao judiciário nominalmente independente, a Hungria não pode mais ser considerada liberal ou democrática. Orbán transformou o país num estado autoritário competitivo, que permite a existência de uma oposição, cada vez mais acirrada, apenas nas margens políticas.

O fato de a Hungria ter conseguido se transformar em um estado autoritário de extrema-direita dentro da União Europeia, a qual foi fundada justamente para impedir a emergência de tais regimes, deve trazer questionamento e preocupação. Ao invés de ter encontrado resistência por parte da política europeia convencional, Fidesz foi protegido pela direita convencional do Partido Popular Europeu, maior grupo político no Parlamento Europeu. Para Cas Mudde, Orbán não tem intenção de deixar a União Europeia, mas claramente quer dar ao bloco a sua cara (Mudde 2019: 116-117).

5.4 Orbán e a causa ambiental

A política ambiental húngara tem sofrido alguns retrocessos desde que Orbán assumiu o governo. A geografia maioritariamente plana da Hungria, com grandes períodos de seca e temperaturas elevadas, coloca-a como um dos países potencialmente mais afetados pelas alterações climáticas. No entanto, por um bom tempo o governo ficou sem incluir na sua agenda uma política ambiental séria. A título de exemplo, em setembro de

2019, um ministro húngaro chamou Greta Thunberg, jovem ativista ambiental sueca, de ‘doente’ e acusou o movimento da estudante de repelente para os húngaros, dando origem a vários protestos⁵⁷.

Várias ONG’s e políticos verdes têm saído em defesa do meio ambiente, como é o caso de Bernadett Szel, que acusou o primeiro-ministro húngaro de, a par com Donald Trump e Jair Bolsonaro, integrar o grupo de políticos irresponsáveis que adiam ações climáticas. Ademais, a Hungria foi também um dos quatro países europeus a votar contra o objetivo de 2050 da neutralidade carbónica, tendo apenas aprovado a medida após conseguir aprovação para expansão da energia nuclear no território húngaro, atribuindo a Moscovo um papel preponderante nas infraestruturas nucleares húngaras.⁵⁸

Mais recentemente, numa entrevista publicada em dezembro de 2019, Orbán culpabilizou os países e as empresas mais ricas pela Crise Climática, chamando-os assim a pagar a despesa da luta pela proteção ambiental.⁵⁹ A luta pelo planeta, no entanto, torna contornos mais complicados no leste europeu, chegando mesmo a pôr o poder local a desafiar publicamente o poder central: ainda em dezembro de 2019, os presidentes das câmaras das capitais do grupo de Visegrád (Budapeste, Bratislava, Praga e Varsóvia), assinaram o ‘pacto das cidades livres’, onde afirmam o desejo de exercer lóbi diretamente na EU para soluções verdes, entre outras, danificando fortemente a imagem de Orbán, que tem tentado manter as instituições do seu país sob um pesado controlo.⁶⁰

Entretanto, em janeiro de 2020, pudemos observar uma certa mudança de postura no governo referente ao combate às alterações climáti-

⁵⁷ Walker, S. (2019), *Migration v climate: Europe's new political divide*, The Guardian, disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/dec/02/migration-v-climate-europes-new-political-divide> (acessado em 15 de dezembro de 2021).

⁵⁸ AFP (2019), *Hungary's Orban faces growing heat over climate change*, France 24, disponível em: <https://www.france24.com/en/20191011-hungary-s-orban-faces-growing-heat-over-climate-change> (acessado em 10 de setembro de 2022).

⁵⁹ MTI-Hungary Today (2019), *Orbán: Polluters Should Pay for Climate Protection*, Hungary Today, disponível em: <https://hungarytoday.hu/orban-polluters-should-pay-climate-protection> (acessado em 10 de setembro de 2022).

⁶⁰ Vaski, A. (2020) *Fidesz is Going Green*, Hungary Today, disponível em: <https://hungarytoday.hu/fidesz-is-going-green> (acessado em 14 de outubro de 2022).

cas. Num comunicado, o primeiro-ministro introduziu a nova Estratégia Nacional para a Energia e o novo Plano de Proteção Nacional da Energia e do Clima que objetivava a manutenção da vida normal húngara na bacia do Cárpatos. Afirmou, inclusive, que a Hungria seria um dos vinte e um países que conseguia ter crescimento económico enquanto diminuiu as emissões de dióxido de carbono, tendo aproveitado também esse momento para exaltar as conquistas húngaras dos últimos trinta anos referentes à política ambiental, dizendo que na ‘competição climática’, como o próprio apelidou, o país estaria à frente da Alemanha, Holanda e Áustria.⁶¹

Esta mudança de posição surge num contexto onde o Fidesz perde a câmara municipal de Budapeste para Karácsony, defensor climático e opositor de Orbán, e também onde há uma crescente preocupação da sociedade húngara com as alterações climáticas, forçando o próprio governo a agir, reforçando também a ideia da verdadeira “voz do povo”.⁶²

No entanto, a mudança na abordagem ambiental por parte de Orbán parece estar longe de ser definitiva ou de refletir de fato a forma que o primeiro-ministro enxerga a natureza. Em 2021, Orbán chamou os planos da União Europeia de combater as mudanças climáticas como uma “fantasia utópica”, dizendo que medidas verdes estariam elevando os custos de energia na Europa e destruindo a classe média. No entanto, especialistas e a própria Comissão Europeia concluíram que os maiores causadores dos altos preços da eletricidade na Europa, na verdade, têm sido o aumento do preço do gás e o carbono da EU.⁶³

Já em 2022, quando questionado sobre o plano da União Europeia de reduzir o consumo de gás, Orbán disse que respeita a unidade do bloco

⁶¹ Orbán, V. (2020), Prime Minister Viktor Orbán's New Year international press conference, disponível em: <https://www.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-ministerviktor-orban-s-new-year-international-press-conference> (acessado em 10 de setembro de 2021).

⁶² Kantar, 2019 Parlameter: Focus on climate change, Parlamento Europeu, <https://www.europarl.europa.eu/resources/library/media/20191129RES67708/20191129RES67708.pdf> (acessado em 10 de setembro de 2021).

⁶³ Reuters (2021), ‘Utopian Fantasy’: Hungary's Orbán dismisses EU climate policy plans”, disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/utopian-fantasy-hungarys-orban-dismisses-eu-climate-policy-plans-2021-10-21/> (acessado em 19 de outubro de 2022)

e que, apesar de enxergar a proposta como um sinal de alerta desfavorável, tentará implementá-la com o menor dano possível.⁶⁴

Orbán se autodenomina um “anti-imigrantes”, mas para o neofascista húngaro, a adoção dessa postura não deve ser interpretada como de cunho racista, mas sim, uma questão de cultura e civilização, pois não quer que a pátria, a terra-mãe, se torne um “país de imigrantes”.⁶⁵ Aqui, é possível perceber que, além do negacionismo ambiental, a essência do ecofascismo também está presente no discurso de Orbán.

⁶⁴ Mariann Óry, Hungary Today, “Viktor Orbán: ‘I am an anti-immigration politician’”, disponível em: <https://hungarytoday.hu/viktor-orban-i-am-an-anti-immigration-politician/> (acessado em 19 de outubro de 2022).

⁶⁵ Idem.

CAPÍTULO 6 – Conclusão

No decorrer deste trabalho, conseguimos entender como as raízes do nacionalismo fascista ainda se encontram firmes e fortes mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Embora o fascismo tradicional não tenha mais espaço na sociedade do século XXI como teve há quase 80 anos, seus ideais nacionalistas continuam sendo difundidos por meio de governos populistas de extrema-direita que se mostram crescentes não só na Europa, mas também na América e na Ásia.

O populismo de extrema-direita acaba por ser uma representação do neofascismo nas democracias liberais do século XXI, atrelando sua essência nacionalista a medidas autoritárias antipluralistas de ataque às minorias, anti-imigratórias e, apesar de frequentemente invocar o sagrado para atrair o eleitorado pela fé, pratica a intolerância religiosa contra cidadãos não-cristãos.

Para entender a essência de um governo populista, é preciso ter em mente que o líder nunca governará para todos. A base do populismo é a dicotomia do Povo vs. as Elites, onde o Povo representa um grupo de cidadãos composto pelos apoiantes do líder, tidos como superiores, e as Elites são apontadas como corruptas e detentoras do poder a ser combatido. Sob a ótica do nacionalismo, o líder populista acredita, portanto, que os cidadãos que não o apoiem devem ser marginalizados.

Discursos populistas de extrema-direita mostraram ter maior receptividade em países fragilizados por crises econômicas e políticas e, como no caso de Bolsonaro e Orbán, de escândalos de corrupção durante governos de esquerda. A frustração da população gera um desespero por mudanças imediatas e um forte apego à fé, arma importantíssima dos governos nacionalistas, dando lugar para que um “salvador da pátria” ganhe destaque ao prometer resolver todos os problemas daqueles que o elegerem.

O líder nacionalista surge, então, como o herói da nação que muito mais que representar o povo, se confunde com a própria voz dos cidadãos, resultando numa personificação do eleitor na imagem do seu líder, de forma que somente o que sai da boca do líder é tido como verdade. Este sentimento de quase codependência entre o líder populista de extrema-direita e os seus apoiantes tem se mostrado cada vez mais perigoso, uma vez que consegue convencer o eleitor a apoiar ou deixar de enxergar medidas que nem sempre estarão de acordo com as suas reais vontades.

Assim, o discurso nacionalista da extrema-direita tem a habilidade de se moldar a diversos contextos diferentes e defender posicionamentos completamente opostos, se necessário. O apoio quase que irracional dos seus seguidores dá ao líder populista larga margem de erro para transitar entre dois polos de um mesmo assunto, dependendo do que for mais favorável para si num determinado momento.

É neste contexto que passamos a analisar a abordagem ambiental pela extrema-direita particularmente através dos governos de Jair Bolsonaro, no Brasil, e Viktor Orbán, na Hungria, para responder a nossa pergunta: **“Como os governos de extrema-direita de Jair Bolsonaro e Viktor Orbán abordam a agenda ambiental na sua ação governativa?”**, seguindo-se da sub-pergunta: “É possível verificar diferentes apropriações de pautas ambientais por estes dois governos?”

Observamos que a extrema-direita possui duas formas de lidar com a questão das alterações climáticas: a clássica abordagem negacionista, que rejeita a ideia de aquecimento global e intensifica o anti-institucionalismo quando deslegitima organizações internacionais que defendam ou requeiram a implementação de medidas de combate à mudança climática, e o que parece ser uma nova forma de abordagem, semelhante ao que conhecemos no século passado como ecofascismo, que foi uma poderosa arma do regime fascista na difusão de ideais racistas e anti-imigratórios, pois utilizava o discurso de defesa do meio ambiente como justificativa para controlar as fronteiras ou até mesmo exterminar “os Outros”.

Bolsonaro não esconde o negacionismo ambiental que é inerente à sua política. Logo no início do seu mandato, apresentou um ministro do meio ambiente que já havia sido condenado por crime ambiental, desmantelou órgãos de controlo e fiscalização ambientais, liberou agrotóxicos de forma excessiva, facilitou o garimpo ilegal, levando o desmatamento da Amazônia a atingir a taxa recorde dos últimos 15 anos.

Bolsonaro sempre jogou ao lado dos que pensam que a preservação ambiental é inimiga do progresso económico e que o excesso de leis e regulamentações apenas cria burocracias para o desenvolvimento das empresas no país. No entanto, seu posicionamento negligente e negacionista tem chamado a atenção não só dos brasileiros, incluindo seus próprios eleitores, mas da comunidade internacional e organizações como a ONU e a União Europeia.

Quando se vê encurralado e, principalmente, quando se vê colocando em risco financiamento internacional devido ao descaso com as alterações climáticas, quando compreende que alguns de seus apoiantes, preocupados com a natureza, estão começando a procurar por outras opções de voto que estejam mais alinhados com seus interesses, Bolsonaro percebe que precisa mudar. Então, ele começa a acenar para um progresso no combate ao aquecimento global e aqueles mais desavisados deparar-se-ão com as notícias e acreditarão que Bolsonaro mudou, de fato, seu posicionamento.

Poderíamos pensar também que esta mudança - bastante controversa, vale frisar - na abordagem ambiental por parte de Bolsonaro se deu também devido à aproximação das eleições presidenciais de 2022, em que no momento da finalização deste trabalho encontra-se em andamento, com a derrota de Bolsonaro na primeira ronda das eleições para Lula da Silva e aguardando o segundo e decisivo embate.

No caso de Orbán, a situação não é muito diferente. Quando assumiu como primeiro-ministro da Hungria em 2010, Orbán não possuía nenhuma política ambiental concreta no seu plano de governo, nem este era

um assunto de ocupava espaço em seus discursos, que sempre foram voltados para a rejeição ao imigrante e ao refugiado, cortes de medidas de bem-estar social e favorecimento do empresariado. Assim como Bolsonaro, Orbán entende que medidas de proteção ambiental são um atraso para a economia.

No entanto, no início de 2020, com a derrota do Fidesz na câmara municipal de Budapeste para Karácsony, defensor do meio ambiente e opositor de Orbán, além de uma crescente preocupação de parte de seus apoiadores com a causa ambiental, passamos a observar uma mudança no posicionamento do primeiro-ministro, com anúncio de medida de combate às alterações climáticas e um discurso que chegava a beirar a sensatez de um político que, de fato, entende a seriedade do tema do aquecimento global.

É interessante perceber que, no entanto, assim como se espera de um verdadeiro populista de extrema-direita, o discurso de Orbán transita pelas diferentes linhas de argumento que sejam necessárias para satisfazer seu eleitorado, ao mesmo tempo em que tenta esconder seu autoritarismo com um manto democrático quando seus interlocutores são a União Europeia e a comunidade internacional liberal.

Com a questão climática, não é diferente. É nítido que a essência da política ambiental de Orbán é negligenciar as alterações climáticas por não ser uma questão alinhada com seu ideal de governação, que objetiva a desburocratização da exploração da natureza, redução de custos e aumento de lucros. Para Orbán, implementar medidas de combate às alterações climáticas “vai quebrar a classe média”.

Mas o que achamos ser bastante interessante nesta análise é o fato de observarmos traços do ecofascismo nesta “nova abordagem”, mesmo que esta ainda pareça ser muito fluída e sem grandes perspectivas de vir a se tornar um discurso genuíno e concreto da extrema-direita, uma vez que ambos os líderes neofascistas possuem fortes características xenófobas nas suas políticas, sempre referenciando à preservação da terra-mãe para justificar suas medidas nacionalistas.

Neste sentido, é possível dizer que quando ambos os governos de extrema-direita se apropriam de um discurso originalmente progressista, traíndo suas raízes negacionistas às questões ambientais, na intenção de se reajustarem às novas demandas dos seus apoiantes e às pressões internacionais, ao mesmo tempo em que continuam a implementar medidas populistas e xenófobas de marginalização do Outro, temos aqui uma combinação de características essenciais do ecofascismo de outrora.

Dessa forma, concluímos que sim, tanto Bolsonaro quanto Orbán abordam a questão de duas formas diferentes: negando a gravidade das alterações climáticas, pois enxergam o desenvolvimento económico desenfreado como mais importante em detrimento da regulamentação da exploração dos recursos naturais; e apropriando-se do discurso de defesa do meio ambiente, interpretado comumente como pauta genuína da esquerda mas que possui histórico importantíssimo no ecofascismo da Alemanha do início do século XX, quando utiliza a natureza como arma nacionalista.

Importa salientar, contudo, que embora os governos populistas de extrema-direita de Bolsonaro e Orbán utilizem-se de duas formas diferentes de abordagem, ambas possuem um mesmo fim: a propagação de medidas anti-imigratórias e racistas, a difusão de discursos nacionalistas de apelo eleitoral e a perpetuação do poder.

Com este trabalho, concluímos, ainda, que o fascismo, ao longo das últimas quase oito décadas, já assumiu diferentes formas com o intuito de se adaptar às sociedades mais modernas e ganhar espaço a partir das frustrações de povos fragilizados politicamente e economicamente. Mas seja como fascismo, populismo, neofascismo ou extrema-direita - que acabaram por se mostrar como meios para um mesmo fim - a realidade é que governos nacionalistas são uma grave ameaça para a democracia e para o nosso planeta.

Bibliografia

- AFP (2019), *Hungary's Orban faces growing heat over climate change*, France 24, disponível em: <https://www.france24.com/en/20191011-hungary-s-orban-faces-growing-heat-over-climate-change> (acessado em 10 de setembro de 2022).
- AFP (2021), *President Orban's anti-Muslim immigration policy*, Global Times, disponível em:
- Agência Lusa (2021), *Bolsonaro não comparece na primeira cimeira do clima porque todos 'lhe atirariam pedras'*, Dnoticias PT, disponível em: <https://www.dnoticias.pt/2021/10/29/283046-bolsonaro-nao-comparece-na-cimeira-do-clima-porque-todos-lhe-atirariam-pedras/#> (acessado em 20 de julho de 2022).
- Almeida, P. (2019), *No Rio, Bolsonaro faz discurso nacionalista e cita Deus, pátria e família*, UOL, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/07/no-rio-bolsonaro-faz-discurso-nacionalista-e-cita-deus-patriaefamilia.htm> (acessado em 9 de outubro de 2022).
- Band (2020), "Confiante em vitória no 1º turno, Bolsonaro compara PT à Venezuela", disponível em: <https://www.band.uol.com.br/eleicoes/noticias/confiante-em-vitoria-no-1o-turno-bolsonaro-compara-pt-a-venezuela-16306591> (acessado em 11 de outubro de 2022).
- Batory, A. (2020), "Populists in government? Hungary's 'system of national cooperation'." *Democratization* 23, no.2. 283-303. DOI: 10.1080/13510347.2015.1076214.
- BBC News (2019), "BBC News: em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU", disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/08/em-comunicado-a-diplomatas-governo-bolsonaro-confirma-saida-de-pacto-de-migracao-da-onu.ghtml> (acessado em 12 de outubro de 2022).
- Biehl, J. e Staudenmaier P. (2011), *Ecofascism Revisited*, New Compass Press, Noruega.
- Blanco, S. (2020), *Por coronavírus, Hungria permite que ultradireitista Orbán governe por decreto indefinidamente*, El País, disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-30/lei-aprovada-na-hungria-permite-que-orban-amplie-indefinidamente-o-estado-de-alarme-devido-a-pandemia.html> acessado em 17 de outubro de 2022).
- Boldrini, A. (2018), *Jair Bolsonaro se filia ao PSL para disputar Planalto*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/jair-bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-o-planalto.shtml> (acessado em 15 de novembro de 2021).
- Bolsonaro J. (2019), Twitter, 9 de junho, disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1082924268361519104> (acessado em 13 de outubro de 2022).
- Borger, J. e Walker, S. (2019), *Trump lauds Hungary's nationalist PM Orbán for 'tremendous job'*, The Guardian, disponível em: <https://www.the-guardian.com>

- [guardian.com/us-news/2019/may/13/trump-latest-viktor-orban-hungary-prime-minister-white-house](https://www.theguardian.com/us-news/2019/may/13/trump-latest-viktor-orban-hungary-prime-minister-white-house) (acessado em 17 de outubro de 2022).
- Bowen, G.A. (2009), “Document Analysis as a Qualitative Research Method”, *Qualitative Research Journal*, vol.9, no.2, pp. 27-40. DOI 10.3316/QRJ0902027.
- Brasil Debate (2020), *As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro*, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/as-26-principais-violacoes-aomeio-ambiente-feitas-por-jair-bolsonaro/> (acessado em 08 de novembro de 2021).
- Carneri, S. (2019), *Bolsonaro elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público*, El País, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499_127441.html (acessado em 10 de outubro de 2022).
- Carvalho, I.E. (2004), *O Desafio da Cidadania Pós-Nacional, Afrontamento*, Porto.
- Chiaretti, D. (2021), *Enviado de Biden cobra ‘ações imediatas de Bolsonaro sobre o clima*, Valor Econômico, disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/16/enviado-de-biden-cobra-aes-imediatas-de-bolsonaro-sobre-o-clima.ghtml> (acessado em 16 de outubro de 2022).
- Clarke, V. e Braun, V. (2013), “Successful qualitative research: A practical guide for beginners”, Sage, Londres. ISBN 9781847875815
- Crotty, M. (1998), *The Foundation of Social Research: Meaning and Perspective in the Research*, Sage Publications, Singapura.
- Daly, T.G. (2019), *Populism, Public Law, and Democratic Decay in Brazil: Understanding the Rise of Jair Bolsonaro*. Este artigo foi preparado para o 14º workshop de International Human Rights Researchers: ‘Democratic Backsliding and Human Rights’, organizado pelo *Journal Law and Ethics of Human Rights* (LEHR). <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3350098>.
- DN/Lusa (2019), *Bolsonaro elogia ditadura de Pinochet em ataque a alta-comissária da ONU*, Diário de Notícias, disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-ataca-alta-comissaria-da-onu-e-elogia-ditadura-de-pinochet-11267924.html> (acessado em 10 de outubro de 2022).
- Dobson, A. (1993), Afterword. Pp. 229–34 in *The Politics of Nature*, ed. A. Dobson and P. Lucardie, Routledge, London.
- Dos Santos, G. (2021), “Bolsonaro se encontra com deputada nazista alemã”, A Nova Democracia, disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/16229-bolsonaro-se-encontra-com-deputada-nazista-alema> (acessado em 11 de outubro de 2022).
- Dryzek, J., e Honig B. and Philips A. (2006), *The Oxford Handbook of Political Theory*, Oxford University Press, Oxford.
- Fernandes, T. (2019), *Bolsonaro volta a chamar Ustra de “herói nacional” e recebe viúva no Planalto*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-volta-a->

- [chamar-ustra-de-heroi-nacional-e-recebe-viuva-no-planalto.shtml](#) (acessado em 11 de outubro de 2022).
- Fernandes, T. e Pupo, F. (2020), *Bolsonaro volta a apoiar ato contra STF e Congresso e diz que forças armadas estão do 'do lado do povo'*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/ato-pro-bolsonaro-em-brasilia-tem-carreata-e-xingamentos-amoro-stf-e-congresso.shtml> (acessado em 11 de outubro de 2022).
- Finchelstein, F. (2017), *From Fascism to Populism in History*, University of California Press, Oakland, CA.
- Finchelstein, F. (2019), *Bolsonaro é um dos populistas mais próximos do fascismo que já vi*. Por Antonio Pita, El País, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/cultura/1561664077_032428.html (acessado em 12 de abril de 2022).
- Forchtner, B., Andreas K. e Wetzel, D. (2018), "Being Skeptical? Exploring Far-Right Climate-Change Communication in Germany", *Environmental Communication*, 12:5, 589-604, DOI: 10.1080/17524032.2018.1470546.
- Forchtner, B. (2020), *The Far Right and the Environment*: Routledge, Londres e Nova York.
- George, A. L. e Bennett, A. (2005), *Case studies and theory development in the social sciences*, MIT Press, Cambridge, MA.
- Gortázar, N.G., (2021), *Desmatamento da Amazônia é o maior em 15 anos, e Governo é acusado de esconder dados da COP26*, El País, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-19/desmatamento-na-amazonia-e-o-maior-em-15-anos-e-governo-e-acusado-de-esconder-dados-da-cop26.html> (acessado em 10 de setembro de 2022).
- Greenfeld, L. (1993), *Nationalism: Five Roads to Modernity (2ª ed)*, Harvard University Press.
- Grillo, M. (2020), *Ao lado de quatro ministros militares, Ramos nega 'influência política' do Exército no governo Bolsonaro*, Jornal O Globo, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ao-lado-de-quatro-ministros-militares-ramos-nega-influencia-politica-do-exercito-no-governo-bolsonaro-24447181> (acessado em 17 de maio de 2022).
- Huber, R. (2020) "The role of populist attitudes in explaining climate change skepticism and support for environmental protection." *Environmental Politics*, vol. 29, no 6, 959-982. DOI: 10.1080/09644016.2019.1708186 (tradução livre).
- Huber, R. (2020). "Populism and Climate Change". Por POP. *Political Observer on Populism*. <https://populismobserver.com/2020/03/25/interview-38-populism-and-climate-change/> (acessado em 16 de outubro de 2022).
- Hultgren, J. (2015), *Border Walls Gone Green*, University of Minnesota, Londres.
- Kantar, 2019 Parlameter: Focus on climate change, Parlamento Europeu, <https://www.europarl.europa.eu/resources/library/media/20191129RES67708/20191129RES67708.pdf> (acessado em 10 de setembro de 2021).

- Kantar. 2019 Parlameter: *Focus on climate change*. Parlamento Europeu, disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/resources/library/media/20191129RES67708/20191129RES67708.pdf>. (acesado em 19 de junho de 2022).
- Levitsky, S. e Ziblatt, D (2018), *How Democracies Die*, Crown, Nova York.
- Levy, J.S. (2008), “Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference”, *Conflict Management and Peace Science*, 25:1–18, Nova Jersey. DOI: 10.1080/07388940701860318
- Lijphart, A. (1971), “Comparative politics and the comparative method”, *American Political Science Review*, 65(3): 682–693.
- Linz, J. (2015), *Autoritarismo e Democracia: Livros Horizonte*, Lisboa.
- Mapbiomas (2019), “O papel das terras indígenas na proteção das florestas”, disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/downloads/Colecction%206/Fatos_sobre_o_Papel_das_Terras_Ind%C3%ADgenas_18.04.pdf (acesado em 19 de outubro de 2022).
- Matoso, F. e Gomes, P.H. (2021), *Cai o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente*, G1, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/bolsonaro-exonera-salles-do-cargo-de-ministro-do-meio-ambiente.ghtml> (acesado em 17 de outubro de 2022).
- Mazui, G. (2018), *Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT*, G1, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml> (acesado em 15 de novembro de 2021).
- Mazui, G. (2019), *Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para 'chamar atenção' contra o governo*, G1, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml> (acesado em 18 de novembro de 2021).
- Merriam, S. B. (1988), *Case study research in education: A qualitative approach*, Jossey-Bass, San Francisco.
- Mix, T. (2009), The Greening of White Separatism: Use of Environmental Themes to Elaborate and Legitimize Extremist Discourse, *Nature and Culture*, 4(2), 138–166 © Berghahn Journals doi:10.3167/nc.2009.040203.
- Mosse, G.L. (1990), *Fallen Soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars*, Oxford University Press, Nova York.
- Mouffe, C. (2018), *For a Left Populism*, Verso, Reino Unido.
- MTI-Hungary Today (2019), *Orbán: Polluters Should Pay for Climate Protection*, Hungary Today, disponível em: <https://hungarytoday.hu/orban-polluters-should-pay-climate-protection> (acesado em 10 de setembro de 2022).
- Mudde, C. e Kaltwasser, C.R. (2017), *Populism: A very Short Introduction*. Oxford University Press, New York.
- Müller, J.W. (2017), *What is Populism?*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.

- News Wires (2020), *Hungary's Orbán blames foreigners, migration for coronavirus spread*, France 24, disponível em: <https://www.france24.com/en/20200313-hungary-s-pm-orban-blames-foreign-students-migration-for-coronavirus-spread> acessado em 17 de outubro de 2022).
- Oliveira, J. (2021), *Aprovação ao Governo Bolsonaro cai para 19%, nível mais baixo desde que chegou ao Planalto*, El País, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-29/aprovacao-a-bolsonaro-cai-para-29-nivel-mais-baixo-desde-o-inicio-do-governo.html> (acessado em 02 de setembro de 2022).
- Olsen, J. (1999), *Nature and Nationalism: Right-wing Ecology and the Politics of Identity in Contemporary Germany*, St. Martin's Press, Nova York.
- Orbán, V. (2020). *Prime Minister Viktor Orbán's New Year international press conference*, Budapest, disponível em: <https://www.kormany.hu/en/the-prime-minister/theprime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-new-year-internationalpress-conference> (acessado em 10 de julho de 2022).
- Orbán, V. (2020), *Prime Minister Viktor Orbán's New Year international press conference*, disponível em: <https://www.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-ministerviktor-orban-s-new-year-international-press-conference> (acessado em 10 de setembro de 2021).
- Óri, M. (2022), *Viktor Orbán: 'I am an anti-immigration politician'*, Hungary Today, disponível em: <https://hungarytoday.hu/viktor-orban-i-am-an-anti-immigration-politician/> (acessado em 19 de outubro de 2022).
- Osakabe, M. (2018), *Para Bolsonaro, 'lixo marxista' é uma das causas da baixa posição do País em rankings de ensino*, Estadão, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-bolsonaro-lixo-marxista-e-uma-das-causas-da-baixa-posicao-do-pais-em-rankings-de-ensino,70002662534> (acessado em 12 de maio de 2022).
- Payne, S. (1995), *A History of Fascism*, University of Wisconsin Press, Estados Unidos.
- Pupo, A. e Weterman, D. (2019), *Bolsonaro defende 'família tradicional' e chama 'ideologia de gênero' de 'coisa do capeta'*, Estadão, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-defende-familia-tradicional-e-chamaideologia-de-genero-de-coisa-do-capeta,70002962393> (acessado em 25 de maio de 2022).
- Resende, S.M. (2019), *Bolsonaro diz que maioria de imigrantes não tem boas intenções e que apoia muro de Trump*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-diz-que-maioria-de-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-e-que-apoia-muro-de-trump.shtml> (acessado em 15 de outubro de 2022).
- Reuters (2021), *'Utopian Fantasy': Hungary's Orbán dismisses EU climate policy plans*, disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/utopian-fantasy-hungarys-orban-dismisses-eu-climate-policy-plans-2021-10-21/> (acessado em 19 de outubro de 2022)

- Rezende, C., Dolzan, M., Pupo, C. e Júnior, A.S. (2018), *Em vídeo, Bolsonaro ataca PT e pesquisas*, Estadão, disponível em: <https://politica.estadão.com.br/noticias/eleicoes,haddadeleito-daria-indulto-a-lula-diz-bolsonaro.7000250505> (acessado em 25 de maio de 2022).
- Sapo (2018), 'A minoria tem que se curvar à maioria': as declarações polêmicas de Bolsonaro, o candidato de extrema-direita à presidência do Brasil.", disponível em: <https://rr.sapo.pt/2018/09/07/actualidade/aminoria-tem-que-se-curvar-a-maioria-as-declaracoes-polemicas-de-bolsonaro-o-candidato-de-extrema-direita-apresidencia-do-brasil/video/182> (acessado em 16 de novembro de 2021).
- Senra, R. (2020), *Na Índia, Bolsonaro diz que, no Brasil, imigrantes têm 'mais direito que nós'*, BBC News Brasil, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51250357> (acessado em 15 de outubro de 2022).
- Serra, M- (2019), *Quem é Viktor Orbán, o democrata 'iliberal' que desafia a Europa desde 2010?*, TSF Rádio Notícias, disponível em: <https://www.tsf.pt/internacional/quem-e-viktor-orban-o-democrata-iliberal-que-desafia-aeuropa-desde-2010-10708029.html> (acessado em 20 de outubro de 2021).
- Singh, P. (2021), *Populism, Nationalism, and Nationalist Populism*, St Comp Int Dev.
- Smith, A. D. (1991), *National identity*. University of Nevada Press, Reno.
- Stanley, J. (2018), *How Fascism Works*, Random House, Estados Unidos.
- Teixeira, M. (2020), *Um mês após acusações, Bolsonaro não apresenta nenhuma prova de fraude nas eleições*, Folha de S. Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/um-mes-apos-acusacao-bolsonaro-nao-apresenta-nenhuma-suposta-prova-de-fraude-nas-eleicoes.shtml> (acessado em; 25 de maio de 2022).
- The Economist (2009), *Brazil Takes Off*, disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off> (acessado em 18 de outubro de 2022).
- Traverso, E. (2019), *The New Faces of Fascism: Populism and The Far-right*, Verso, Londres e Nova York.
- Trotsky, L. (2018) *Como Esmagar o Fascismo*, Autonomia Literária, Brasil.
- Vasconcellos, J. e Soares, I. (2020), *Bolsonaro dispara vídeo convocando para ato contra o Congresso e o STF*, Correio Braziliense, disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/25/interna_politica,830444/bolsonarodispara-video-convocando-para-ato-contra-o-congresso-e-o-stf.shtml (acessado em 25 de maio de 2022).
- Vasconcelos, C.M. (2019), *Bolsonaro admite deixar o acordo de Paris: "Se fosse bom, os EUA não tinham saído"*, TSF Rádio Notícias, disponível em: <https://www.tsf.pt/mundo/bolsonaro-admite-deixar-acordo-de-paris-se-fosse-bom-os-eua-nao-tinham-saido-11229056.html> (acessado em 18 de novembro de 2021).
- Vaski, A. (2020) *Fidesz is Going Green*, Hungary Today, disponível em: <https://hungarytoday.hu/fidesz-is-going-green> (acessado em 14 de outubro de 2022).

- Verdélío, A. (2021), *Bolsonaro pede fim das emissões de gases de efeito estufa até 2050*, Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/bolsonaro-promete-fim-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-ate-2050> (acessado em 10 de julho de 2022).
- Walker, S. (2019), *Migration v climate: Europe's new political divide*, The Guardian, disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/dec/02/migration-v-climate-europes-new-political-divide> (acessado em 15 de dezembro de 2021).
- Waller, J.C. (2001), *Ideas of Heredity, Reproduction and Eugenics in Britain, 1800-1875*, vol. 32, 3: 457-489.